



REPÚBLICA DO BRASIL

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

ANO XXII — N.º 138

CAPITAL FEDERAL

QUINTA-FEIRA, 19 DE OUTUBRO DE 1967

ATA DA 161ª SESSÃO,
EM 18 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa

Ordinária, da 6ª Legislativa
(Extraordinária)

**PRESENCIA DOS SRs.: MOURA
ANDRADE E CATTETE PINHEIRO**

As 11 horas acham-se presen-
tes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
Oscar Passos
Flávio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Cattete Pinheiro
Moura Palha
Clodomir Milet
Victorino Freire
Menezes Pimentel
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Raul Giubert
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Aurélio Vianna
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Cayvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Braga
Mello Braga
Ney Braga
Celso Ramos
Antônio Carlos
Guido Mondin
Daniel Krieger
José Guionard
Milton Trindade
Petrônio Portela
Teotônio Vilela
Antônio Balbino
Josaphat Marinho
Vasconcelos Torres
Marcello de Alencar
Gilberto Marinho
Atilio Fontana

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de
presença acusa o comparecimento de
30 Srs. Senadores. Havendo núme-
ro regimental, declaro aberta a ses-
são. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à
leitura da ata da sessão anterior,

SENADO FEDERAL

Faço saber que o Senado Federal aprovou nos termos do art. 45, nº IV,
da Constituição Federal, e eu, Aurélio Moura Andrade, Presidente, promulgo
a seguinte

RESOLUÇÃO

Nº 75, DE 1967

*Suspende, em parte, a execução da Lei nº 3.085, de 27-8-64,
do Município de Campinas*

Art. 1º É suspensão, por inconstitucionalidade, nos termos da decisão
definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida no recurso ordinário em
mandado de segurança nº 15.471 do Estado de São Paulo, a execução da
Lei nº 3.085, de 27 de agosto de 1964, do Município de Campinas, no que
concerne à exigibilidade da tributação adicional nela prevista, com relação
ao período anterior a sua vigência.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revo-
gadas as disposições em contrário.

Senado Federal, em 18 de outubro de 1967.

AURÉLIO MOURA ANDRADE
Presidente do Senado Federal

que é aprovada, sem debate.

O Sr. 1º Secretário lê o se-
guinte

EXPEDIENTE

MENSAGEM DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

*De agradecimento de comunicação
referente ao pronunciamento do
Congresso Nacional sobre vetos pre-
sidenciais:*

Nº 526-67 — (Nº de origem 707-67)
— de 17 do mês em curso — com re-
ferência ao veto ao Projeto de Lei
Complementar nº 18-67, na Câmara
e nº 7-67, no Senado, que regula a
execução do disposto no art. 16, § 2º,
da Constituição Federal — veto man-
tido pelo Congresso.

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES:

1 — Do Ministro da Educação e Cul-
tura (Aviso de 13 do mês em curso)

Nº 1.895-Br.-67 — com referência
ao Requerimento nº 97-67, do Sr.
Senador Vasconcelos Torres.

2 — Do Ministro da Indústria e do
Comércio (Avisos de 13 do mês em
curso)

Nº 210-AP-67 — Com referência ao
Requerimento nº 821-67, do Sr. Sena-
dor Lino de Mattos.

Nº 212-AP-67 — Com referência ao
Requerimento nº 497-67, do Sr. Sena-
dor Carlos Lindemberg.

Nº 211-AP-67 — Com referência ao
Requerimento nº 817-67, do Sr. Sena-
dor José Ermirio de Moraes.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente
lido vai à publicação.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há ora-
dores inscritos. (Pausa).

Passa-se à

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Poder Judiciário)

Discussão, em turno único, do Pro-
jeto de Lei da Câmara nº 105, de
1967 (nº 500-B-67 na Casa de origem),
que estima a Receita e fixa a Des-
pesa da União para o exercício fi-
nanceiro de 1968, na parte referente
ao Anexo nº 4 — Poder Judiciário,
Subanexos 4.01 — (Supremo Tribu-
nal Federal), 4.02 — (Tribunal Fe-
deral de Recursos), 4.03 — (Justiça
Militar), 4.04 — (Justiça Eleitoral),
4.05 — (Justiça do Trabalho), 4.06
— (Justiça Federal da Primeira Ins-
tância), 4.07 — (Justiça do Distrito
Federal e dos Territórios), tendo Pa-
recer Favorável, sob nº 690, de 1967,
da Comissão de Finanças.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Presidência da
República)

Discussão, em turno único, do Pro-
jeto de Lei da Câmara nº 105, de
1967 (nº 500-B-67 na Casa de ori-
gem), que estima a Receita e fixa a
despesa da União para o exercício
financeiro de 1968, na parte referente
ao Anexo 5 — Poder Executivo, Su-
banexo nº 5.01 (Presidência da Re-
pública), tendo Parecer Favorável,
sob nº 691, da Comissão de Finanças.
Ambos os subanexos foram postos
em Ordem do Dia para decurso de
prazo de recurso.

Verifica a Presidência, entretanto,
que os mesmos não sofreram emendas.
Assim sendo, a matéria não fica à
sobre a mesa, para fins de recurso
que se refere apenas às emendas
aprovadas ou rejeitadas pela Comis-
são.

Sai, assim, a matéria da Ordem do
Dia para, oportunamente, entrar em
discussão e votação no Plenário.

O SR. PRESIDENTE

(Moura Andrade) —

Item 3:

*Discussão, em turno único, do
Parecer da Comissão de Relações
Exteriores, sobre a Mensagem
nº 517-67 (nº de origem 680-67),
de 10 do mês em curso pela qual
o Presidente da República subme-
te ao Senado a escolha do Senhor
Mário Vieira de Mello, para exer-
cer a função de Embaixador Ex-
traordinário e Plenipotenciário
do Brasil junto ao Governo da
República de Gana.*

Tratando-se de matéria a ser apre-
ciada em sessão secreta, peço aos
Srs. Funcionários da Mesa tomem as
providências necessárias.

(A sessão transforma-se em
secreta às 11 horas e 20 minutos
e volta a ser pública às 11 horas
e 25 minutos).

O SR. PRESIDENTE:

(Cattete Pinheiro) — Está reaber-
ta a sessão pública.

Esgotada a matéria da Ordem do
Dia.

Não há oradores inscritos. (Pau-
sa).

Nada mais havendo que tratar vou
encerrar a sessão designando para a
próxima a seguinte

ORDEM DO DIA

1

Discussão, em turno único, do Pro-
jeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967
(nº 41-B-67 na Casa de origem), que
revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 do
fevereiro de 1967, que dispõe sobre o
Plano Rodoviário Nacional, tendo Pa-
recer Favorável, sob ns. 684 e 686, de 1967,
das Comissões: de Constituição e
Justiça pela constitucionalidade e ju-
ridicidade, com declaração de voto
dos Srs. Antônio Balbino e Aloysio
de Carvalho Filho; de Transportes,
Comunicações e Obras Públicas, pela
aprovação.

2

Discussão, em segundo turno, do
Projeto de Lei do Senado número
13, de 1967, de autoria do Sr. Sena-
dor Vasconcelos Torres, que altera o
§ 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de

25 de novembro de 1964 e acrescenta-lhe novo parágrafo, tendo Pareceres favoráveis, sob ns. 562, 563, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, (sob o aspecto jurídico-constitucional) e de Legislação Social.

3

Discussão, em segundo turno, do do Projeto de Lei do Senado número 50 de 1967, de autoria do Sr. Senador Oscar Passos, que declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas" com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo Pareceres favoráveis sob ns. 635, 636 e 637, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça quanto à constitucionalidade: de Segurança Nacional; e de Finanças.

4

Discussão, em turno único do Requerimento nº 636, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Carlos Lindemberg solicita um voto de congratulações com os dirigentes, funcionários e operários da Companhia do Vale do Rio Doce pelo transcurso de seu "Jubileu de Prata", tendo Parecer favorável sob o nº 687 da Comissão de Constituição e Justiça.

CONGRESSO NACIONAL

Calendário para recebimento de emendas ao Projeto de Lei nº 12-67, (C. N.), que concede deduções da contribuição vedida ao INDA, previstas no art. 2º do Decreto-lei nº 58 de 21 de novembro de 1966.

Dias: 12, 13, 16, 17 e 18.

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 11 horas e 30 minutos).

ATA DA 162ª SESSÃO,
EM 18 DE OUTUBRO DE 1967

1ª Sessão Legislativa
Ordinária, da 6ª Legislativa

PRESIDENCIA DOS SRS.: MOURA
ANDRADE, EDMUNDO LEVI E
GUIDO MONDIN.

As 14 horas e 30 minutos,
acham-se presentes os Srs. Sena-
dores:

José Guimard
Oscar Passos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Cattete Pinheiro
Moura Palha
Victorino Freire
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
João Cleofas
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Carlos Lindemberg
Eurico Rezende
Paulo Torres
Marcello de Alencar
Benedicto Valladares

EXPEDIENTE
DEPARTAMENTO DE IMPRENSA NACIONAL

DIRETOR-GERAL
ALBERTO DE BRITTO PEREIRA

CHEFE DO SERVIÇO DE PUBLICAÇÕES
J. B. DE ALMEIDA CARNEIRO

CHEFE DA SEÇÃO DE REDAÇÃO
FLORIANO GUIMARÃES

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

SEÇÃO II

Impresso nas oficinas do Departamento de Imprensa Nacional — BRASILIA

Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade
José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Mello Braga
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondin
Daniel Kriege

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 40 Srs. Senadores. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão. Vai ser lida a ata.

O Sr. 2º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debate aprovada.

O Sr. 1º Secretário lê o seguinte:

EXPEDIENTE

TELEX DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES:

De 16.10.67 — Em que transmite ao Senado os agradecimentos do Senhor Nilo Ramos, Chefe da Missão Cultural Brasileira ao Japão, pelo magnífico trabalho da Representação desta Casa na referida Missão.

OFÍCIO DO PRIMEIRO SECRETÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS:

Nº 3.733, de 17 do mês em curso — Solicitando uma cópia dos esclarecimentos prestados pelo Ministério da Fazenda sobre o Projeto nº 3.696, de 1961.

PARECERES

Pareceres ns. 714 e 715,
de 1967

PARECER Nº 714, DE 1967

Da Comissão de Legislação Social, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 292, de 1966 (nº 2.336-B/64 na Câmara), que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas.

Relator: Sr. Alvaro Maia.

A comercialização de jóias e pedras preciosas não era possível continuar, em realidade, sem fiscaliza-

ção rigorosa, em certos casos policia-dora, o que não se efetivara pela carência de quadro profissional, determinando a concessão de carteiras legais do licenciamento.

O Deputado Cunha Bueno estudou a situação clamante, na justificação de Projeto nº 2.336, de 1964, que apresentou a esse respeito: demonstrou que, pelo vulto crescente das transações de jóias e pedras preciosas se impunha a sua regulamentação, consubstanciada na criação das funções de corretor.

"com o objetivo de sintetizar as atividades dos indivíduos, de modo a permitir a todos os cidadãos, o exercício da profissão que escolheram.

Tramitando pela Câmara dos Deputados, o Projeto obteve pareceres favoráveis da Comissão de Constituição e Justiça, na Comissão de Legislação Social e na Comissão de Finanças.

Na Comissão de Legislação Social, por deliberação unânime da Turma A, foi solicitado o pronunciamento do Ministro das Minas e Energias, que alvitrou a inclusão de um inciso, relativo à impossibilidade do comércio de pedras preciosas e semi-preciosas no estado bruto, pela seguinte redação:

"É vedado aos corretores de jóias e pedras preciosas, legalizados na forma da presente lei, o comércio de jóias preciosas e semi-preciosas, quando no estado de bruto, quando é objeto des expressamente autorizados, na forma do Decreto-lei nº 466, de 4 de junho de 1938".

O Relator da Comissão de Finanças, Deputado Flaviano Ribeiro, acolitando a Emenda, já aprovada pela Comissão de Justiça, referiu-se, outrossim, às medidas moralizadoras do Projeto.

"que trata da profissão, os elementos indispensáveis e aproveitadores, como igualmente obriga todos os corretores a se identificarem e consequentemente prestarem declaração do imposto de renda e o pagamento dos demais tributos federais, estaduais e municipais.

Isto posto, sancio pela aprovação do Projeto nº 2.326-64, e respectiva Emenda, porque regula o exercício de uma profissão, disciplina atividades comerciais, excluindo pedras preciosas e semi-preciosas, quando no estado bruto, autorizadas na forma do Decreto-lei número 466, de 4 de junho de 1938 patrulhando, de certo modo, o desvio de minérios preciosos que fazem do País, na exploração aventureira dos garimpos, principalmente nas regiões do Tapajós e Roraima.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 1967. — Petrônio Portela, Presidente — Alvaro Maia, Relator — Ruy Carneiro — Manoel Villaga — Júlio Leite — José Rollemberg Leite — Bezerra Neto.

PARECER Nº 715, DE 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara número 292, de 1966, (nº 2.336-B-64 na Câmara de origem), que dispõe sobre o exercício da profissão de corretor de jóias e pedras preciosas.

Relator: Sr. José Ermírio de Moraes.

Em 26 de abril de 1967, solicitamos informações ao Ministério do Trabalho e ao Instituto Nacional de Previdência Social sobre os objetivos e a formulação do presente projeto. Em 26 de maio, ainda deste ano, o Senhor Presidente da Comissão retornou a ambas as autoridades informando sobre opinião em torno da matéria. Nenhuma resposta, todavia, até agora, chegou a esta Comissão. É lamentável que tal aconteça, pois a um Ministro de Estado e ao dirigente de todo o sistema previdenciário não é lícito desconsiderar uma solicitação construtiva da Câmara Alta do país. Para que a omissão não se perca, apenas, neste registro, porque o Senhor Presidente da Comissão, através de providências da Mesa do Senado, dirija-se a ambos os titulares declarando a estranheza pela ausência de consideração para com as nossas tarefas legislantes.

No tocante ao corpo do projeto nada há que mereça alteração, a não ser exigência excessiva contida no art. 2º, letra "e", quando vedou o exercício da profissão de corretores de jóias e pedras preciosas aos cidadãos que tenham sido atingidos pela suspensão dos seus direitos políticos. A atividade comercial do cidadão se inscreve entre as inerentes à existência humana, em nada atropelando a atividade política. Não há como misturar-se tão distintos mistérios ou compilá-los tornando um imedievável de outro. Ainda recentemente o Senhor Presidente da República aprovou parecer do Senhor Consultor-Geral da República neste sentido, o que autoriza a previsão a punição a qual a manutenção do ato sendo seria a antecipação de um veto presidencial.

Assim, desde que retirado do corpo do projeto o adendo supra mencionado, opinamos pela aprovação da lei regulamentadora.

Eis a emenda que propomos:

"Emenda 1/CF:

Eliminar-se na letra "e", do art. 2º, as expressões: "...ou suspensão de direitos políticos."

Sala das Comissões, em 4 de outubro de 1967. — Paulo Saracata Presidente — José Ermírio, Relator — Fernando Corrêa — João Cleofas — José Guimard — Bezerra Neto — Clodomir Millet — Leandro Bickel.

Parecer nº 716, de 1967

Da Comissão de Finanças, sobre o Projeto de Lei da Câmara dos Deputados número 105, de 1967 (nº 500-B-57 na Casa de origem), que estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício de 1968 — Subanexo 5.06.00 — Ministério do Exército.

Relator: Senador Oscar Passos

Fixa o projeto, para o Ministério do Exército, exercício de 1968 uma

dotação global de NCr\$ 1.090.431.000 (um bilhão, noventa milhões, quatrocentos e trinta e um mil cruzeiros novos, aí incluídos os NCr\$ 431.000 (quatrocentos e trinta e um mil cruzeiros novos), destinados à administração do Território de Fernando Noronha.

No atual exercício esse total ascende a NCr\$ 643.684.436 (seiscentos e quarenta e três milhões, seiscentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e trinta e seis

trocentos e trinta e seis cruzeiros novos). Há, assim, um aumento geral de despesas para o próximo exercício, relativamente ao exercício corrente, de NCr\$ 446.746.564 (quatrocentos e

quarenta e seis milhões, setecentos e quarenta e seis mil, quinhentos e sessenta e quatro cruzeiros novos), que procuraremos analisar através de um comparativo abaixo:

QUADRO COMPARATIVO DA DESPESA EM 1967 E 1968

NATUREZA DAS DESPESAS	1967	1968	Diferença para mais	%
A - Despesas correntes:				
I - Custeio - Pessoal civil				
- vencimentos e vantagens fixas	39.367.060	51.748.000	12.380.940	30%
- despesas variáveis com pessoal civil	632.940	13.866.000	13.233.060	209%
- Pessoal militar	40.000.000	65.614.000	25.614.000	60,9%
- vencimentos e vantagens fixas	253.324.000	324.888.000	71.564.000	28,6%
- despesas variáveis com pessoal militar	77.676.000	150.222.000	72.546.000	93,3%
	331.000.000	475.110.000	144.110.000	43,5%
- Material de consumo	59.886.000	77.213.360	17.327.360	28,9%
- Serviços de terceiros	14.538.136	22.120.200	7.582.064	52,1%
- Encargos diversos	3.138.000	4.768.000	1.630.000	51,9%
Total das Despesas de Custeio	448.562.136	644.825.500	196.263.364	43,7%
II - Transferências correntes				
- subvenções sociais	242.800	280.000	37.200	11,5%
- subvenções econômicas	110.000	133.000	23.000	25,4%
- inativos	66.400.000	238.797.000	172.397.000	259,4%
- pensionistas	21.450.000	34.465.000	13.015.000	60,7%
- salário-família	24.860.000	43.036.000	18.176.000	72,9%
- diversas transferências correntes	290.000	813.000	523.000	180,3%
Total das Transferências correntes	113.352.800	317.529.000	204.176.200	180,1%
TOTAL DAS DESPESAS CORRENTES	561.914.936	962.354.500	400.439.564	71,3%
B - Despesas de Capital				
I - Investimentos:				
- obras públicas	80.000.000	47.900.000	17.900.000	50,7%
- serviços em regime de programação especial	25.000.000	25.000.000	—	0%
- equipamentos e instalações	21.958.000	45.381.200	23.423.200	107,7%
- material permanente	4.275.000	8.864.300	4.589.300	107,2%
Total dos Investimentos	81.233.000	127.145.500	45.912.500	58,5%
II - Inversões financeiras:				
- aquisição de móveis	240.000	500.000	260.000	108,4%
Total das Inversões financeiras	240.000	500.000	260.000	108,4%
Total das Despesas de Capital	81.473.000	127.645.500	46.172.500	53,7%
Total do Ministério do Exército	643.387.936	1.090.000.000	446.612.064	69,4%
Despesas com o Território de Fernando Noronha	296.500	431.000	134.500	45,3%
TOTAL GERAL	643.684.436	1.090.431.000	446.746.564	69,4%

O exame do quadro acima demonstrou:

I — que as despesas correntes sofreram um aumento de 71,3%, com relação ao corrente ano.

Neste item podemos destacar:

1) as despesas de Custeio, compreendendo o pessoal civil e militar, o material de consumo, os serviços de terceiros e os encargos diversos, que aumentaram de 43,7%;

2) as despesas com Transferências correntes, compreendendo os inativos, os pensionistas, o salário-família, as subvenções sociais e econômicas e as diversas transferências correntes, que aumentaram de 123,1%.

II — que as Despesas de Capital elevaram de 23,7% sobre as do corrente exercício.

Neste item podemos destacar:

1) os Investimentos, compreendendo obras públicas, serviços em regime de programação especial, equipamentos e instalações e material permanente, que aumentaram de 55,5%;

2) as inversões financeiras, destinadas apenas à aquisição de móveis, elevaram-se de 108,4% sobre as despesas semelhantes no corrente exercício.

III — que o Território de Fernando Noronha, cuja administração está sob a responsabilidade do Ministério do Exército, teve o seu orçamento aumentado de 45,3%.

Examinando o assunto de outro ângulo constatamos que o aumento geral proposto, de NCr\$ 446.746.564 está assim distribuído:

Para o Território de Fernando Noronha — NCr\$ 134.500.

Para o Ministério do Exército — NCr\$ 446.612.064.

A parcela de aumento, atribuída às despesas próprias do Ministério do Exército, divide-se em:

— NCr\$ 373.312.000 (83,5%) — destinados ao pessoal civil e militar, aos inativos, pensionistas e salário-família;

— NCr\$ 73.300.064 (16,5%) — destinados às demais despesas como: material de consumo, subvenções, obras públicas, serviços em regime de programação especial, equipamentos e instalações, material permanente e aquisição de móveis.

A desproporção é gritante, mas encontra pronta explicação:

a) no fato de estarem incluídos na proposta orçamentária para 1968 os quantitativos necessários ao pagamento do aumento de vencimentos de civis e militares, concedido pelo Decreto-lei nº 81, de 21 de dezembro de 1966, com vigência a partir de 1º de janeiro de 1967, que não constaram do orçamento vigente;

b) na transferência para a "reserva remunerada" de grande número de militares que, nos termos da lei 4.902 de 16 de dezembro de 1965, perderiam o direito à uma e até duas promoções no momento de deixarem a atividade senão se afastassem dentro de um ano. Daí o aumento verificado neste item, "inativos", de 239,4%.

Por essas razões, durante o corrente ano — e até a presente data — teve o Ministério do Exército de solicitar créditos suplementares, que lhe foram concedidos, no valor de NCr\$ 342.551.979.

O aumento total, solicitado pelo Ministério do Exército, do valor de NCr\$ 446.746.564 representa, apenas, 6,7% do aumento geral das despesas da União, orçadas em NCr\$ 6.943.197.538 para o exercício corrente e NCr\$ 13.590.785.118 para 1968.

Desta análise concluímos que a proposta do Ministério do Exército é modestíssima e merece ser aprovada.

E neste sentido o nosso parecer.

As projeto foram apresentadas 3 emendas:

a) de nº 1, do Senador Paulo Sarrazate, manda acrescentar duas parcelas de NCr\$ 50.000 cada, para obras em Fortaleza;

a) de nº 2, do Senador Ruy Palmeira, mandando incluir a parcela de NCr\$ 100.000 para obras em Maceió. Como essas emendas aumentam despesa e contrariam o disposto no § 1º do art. 67 da Constituição, opinou pela rejeição de ambas.

Apresento à Comissão a emenda nº 3, de minha autoria, que destaca o quantitativo destinado à Fundação Osório, a quantia de NCr\$ 20.000,00 para a Associação dos ex-Combatentes de Brasília.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 18 de outubro de 1967. — Senador Argemiro de Figueiredo, Presidente — Oscar Passos, Relator. — Fernando Correa — Carlos Lindemberg — Antônio Carlos — Clodomir Millet — Carvalho Pinto — Aurélio Vianna.

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO Nº 1

Adendo A:

Acrescente-se:

Prosseguimento das obras do "Círculo Militar" de Fortaleza — 50.000.
Obras do Colégio Militar de Fortaleza — 50.000. — Senador Paulo Sarrazate.

EMENDA 2

Adendo "A"

Inclua-se:

Prosseguimento da construção de residências para Oficiais e Sargentos do 2º BC, em Maceió — NCr\$ 100.000,00. — Senador Rui Palmeira.

EMENDA 3

Destaque-se:

Associação dos ex-Combatentes — NCr\$ 20.000. — Senador Oscar Passos.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O expediente lido vai à publicação.

A Presidência deferiu, hoje, os Requerimentos de Informações, do Senador Eurico Rezende ao Sr. Ministro da Educação e Cultura; do Senador Raul Giuberti ao Sr. Ministro da Educação e Cultura.

São os seguintes os requerimentos deferidos:

REQUERIMENTO Nº 878, de 1967

Exmo. Sr. Presidente do Senado Federal,

Considerando que o Conselho Nacional de Desportos, por determinação expressa do Senhor Presidente da República, deverá estar, com a sua sede e órgãos auxiliares, dentro de sessenta dias, instalados em Brasília;

Considerando que a Confederação Brasileira de Desportos, sendo um órgão de cúpula de todas as Federações também tem o dever de transferir-se para Brasília, mesmo porque a lei fixou sua sede no Distrito Federal;

Requeiro, por intermédio da Mesa do Senado Federal, ao Exmo. Senhor Ministro da Educação e Cultura, as seguintes informações:

1) Que providências efetivas e concretas já tomou o Presidente do Conselho Nacional de Desportos, para, até 31 de dezembro de 1967, instalar o referido Conselho na Capital da República?

2) Quais as providências oficiais que foram tomadas para a transferência da Confederação Brasileira de Desportos, igualmente, para o Distrito Federal?

3) Se é exato que o Conselho Nacional de Desportos não pagou até agora a subvenção devida à Federação Desportiva de Brasília, ou se é real que vai empregar essa verba na mudança do seu órgão para Brasília?

4) Se outras Federações já receberam o auxílio e por que lhes foi dada a preferência?

5) Por que o Ministério da Educação ainda não destinou qualquer verba para auxiliar, no corrente exercício, o término das obras do Estádio de Brasília, embora exista, notadamente no Departamento de Educação Física, digo, na Diretoria de Educação Física, uma rubrica especialmente destinada à construção e equipamento de praças de esportes?

6) Por que o Conselho Nacional de Desportos, como órgão coordenador e supervisor de todas as atividades esportivas do País, não recomenda, expressamente, que a Confederação Brasileira de Desportos inclua, em seu calendário, competições oficiais em Brasília, dado que a Federação Desportiva de Brasília já possui instalações adequadas para a disputa de qualquer torneio nacional ou internacional?

7) Por que, ao elaborar a sua proposta orçamentária, o Ministério da Educação e Cultura não condicionou o auxílio destinado à Confederação Brasileira de Desportos à obrigatoriedade desse órgão se transferir para Brasília, em vez de ter adquirido nova sede, na Guanabara, e pretender pagá-la com recursos que podem, perfeitamente, ser empregados na consolidação, em termos esportivos, da Capital da República?

Sala das Sessões, 16 de outubro de 1967. — Senador Eurico Rezende.

REQUERIMENTO Nº 879, de 1967

Na forma regimental, requeiro a Vossa Excelência determine providências no sentido de ser encaminhado, ao Senhor Ministro da Educação e Cultura, o seguinte pedido de informações:

Quais as instituições do Espírito Santo que estão registradas e habilitadas a receber subvenções ordinárias extraordinárias e auxílios.

Sala das Sessões, em 17 de outubro de 1967. — Senador Raul Giuberti.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência comunica "Haver" recebido Requerimentos de Informações dos Senhores Senadores:

— Desideré Guarani ao Sr. Ministro da Fazenda;

— Desideré Guarani ao Sr. Ministro do Interior;

— Gilberto Marinho ao Sr. Ministro da Fazenda.

— Raul Giuberti ao Sr. Presidente do INDA.

Os requerimentos serão, após despacho, publicados no Diário do Congresso Nacional.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Esta Presidência atende à necessidade de reformular a programação feita para a apreciação de vetos presidenciais que pendem de pronunciamento do Congresso Nacional, deliberou cancelar das convocações feitas para os dias 25 e 23 do corrente mês os seguintes vetos:

Dia 25 — veto oposto ao Projeto de Lei número 434-B-67, na Câmara dos Deputados e número 67-67, no Senado Federal, que autoriza o Poder Executivo, a abrir, pelo Ministério

da Fazenda, o crédito especial de NCr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros novos), para atendimento do disposto no parágrafo 2º do artigo 2º do Decreto-lei número 20, de 23 de fevereiro de 1937. (Veto parcial).

Dia 23 — Veto oposto ao Projeto de Lei número 1.432-C-30, na Câmara dos Deputados e número 52-67, no Senado Federal, que concede isenção, pelo prazo de um ano, dos impostos de importação e de consumo, para a importação de materiais destinados à fabricação, no País, de centrais telefônicas automáticas. (Veto total).

Esta Presidência havia marcado sessões do Congresso para os dias 25 e 23, destinadas, cada uma, à apreciação de mais de um veto.

Verificando agora, entretanto, que o número de cédulas que deverão ser trabalhadas, nos dias 25 e 23, seria excessiva, a Presidência deliberou cancelar estes dois vetos, de modo a que aquelas sessões se realizem com um número menor de cédulas a serem manipuladas, para maior segurança do trabalho de apuração.

A Presidência marcará então novas datas para ambos os vetos e cancelados, o fará até amanhã.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O promotor inscrito é o nobre Senador Edmundo Levi, a quem dou a palavra.

O SR. EDMUNDO LEVI:

A 9 de agosto último, Sr. Presidente e Senhores Senadores, endentei requerimento ao Ministro da Indústria e Comércio com o fim de obter algumas informações sobre o tão debatido problema da borracha.

Entre as indagações feitas, que deveriam ser respondidas pelo Superintendente da Borracha, destaco a primeira e a quarta, constantes do requerimento. Aquela está assim redigida:

"Qual a quantidade, em toneladas, de borracha natural e sintética importada nos anos de 1966 e 1967?"

E a quarta diz assim:

"Qual o consumo de borracha natural e sintética em 1966, o previsto para 1967 e a produção e o consumo estimados para 1968, 1969 e 1970, em face da demanda nacional e em condições normais de crescimento?"

Com o ofício de 27 de setembro, chegado às minhas mãos no começo deste mês, o Sr. Ministro da Indústria e Comércio transmitiu as informações que foram organizadas pelo Superintendente da Borracha.

Relativamente à primeira indagação, isto é, qual a quantidade de borracha importada no ano de 1966, o previsto para 1967 e a produção e o consumo estimados para 1968, 1969 e 1970, em face da demanda nacional e em condições normais de crescimento?

O Sr. Desideré Guarani — V. I. ka. permite um aparte? (Assentimento do orador) — Esses dados estatísticos, fornecidos pela Superintendência da Borracha, estão em completo acordo com a realidade, para meus

incompreensível, portanto, que isparta de um órgão oficial que tem finalidade, por lei, de estimular a produção da borracha nativa. Isso é a qualquer conceito, por pior que a, que se possa fazer sobre o Superintendente da Borracha. Como um organismo que tem por finalidade estimular a produção da borracha doméstica, para menos, as estatísticas da produção, com o sentido de estimular importação da borracha da Malásia e da Indonésia? É um fato profundamente grave e que V. Exa. já alifou aqui muito bem de crime público. É um verdadeiro crime público que um funcionário pratica com dois terços do território brasileiro representados pela Amazônia. Mais ve ainda é esse problema, por terna a certeza de que a indústria de insfonação da borracha do sul dos is progrediu à custa da Amazônia, nciada pela Amazônia, uma vez ia eram investidos em estoques e ficavam à disposição das indúas do sul, que só pagavam depois ter vendido o produto transformado. Além desses benefícios, as grãas fábricas de pneus — Dunlop, odear e Pirelli — e as fábricas de dutos mais leves tiveram suas insações ampliadas com financiament, sendo que os recursos do Banco Amazônia ficavam congelados, no do país, nos estoques. Além disso, iam grandes empréstimos comers para aquisição da borracha. Se rmos um levantamento do custo operacão, verificaremos que os financiamentos feitos a essas fábricas m resgatados depois de terem reido o produto da venda dos arica que fabricavam com a borracha e vinha da Amazônia. E agora vem Superintendente da Borracha dizer e não é aconselhável o plantio. Ele não diz que não é aconselhável a ploracão dos seringaais nativos; diz e não é aconselhável o próprio ntio da borracha na Amazônia. Se Exa. me permite, o que não é onselhável para a Amazônia é que e cidadão permaneça à frente do ao da borracha, que tem de defen a Amazônia.

O SR. EDMUNDO LEVI — Tem ao o nobre Senador Desiré Guani no aparte com que me honra. as estatísticas fornecidas pela Superintendência da Borracha, pelo me os dados que estou exibindo, não respondem à realidade. Chamei a encão da Casa para o quadro relamentado a 1966 em que a Superintendência da Borracha informa que produção silvestre atingiu a 22.600 toneladas, a de plantio mais 1.700 toneladas, num total de 24.300 toneladas. Entretanto, Srs. Senadores o no da Amazônia S. A. no seu relvrio referente ao ano de 1966 apresenta um quadro muito diferente dale que nos fornece a Superintendência da Borracha. Num dos seus ns esse relatório, comentando a situação da Hevea, diz o seguinte: (Le)

“O congelamento dos preços da borracha, a despeito do crescimento do índice geral dos preços, acarretando a deterioração do poder aquisitivo dos financiamentos, justamente também congelados em razão daquele fator e como medida de autodefesa dos capitais do Banco provocou uma queda de produção, como demonstra o quadro abaixo:

E tom? como ano-base para a estatística formulada o de 1962, com a seguinte produção:

1962 — 26.782 toneladas;
1963 — 25.090 toneladas — Houve a decréscimo;
1964 — 35.588 toneladas — Um resumo sobre o ano de 1962, de 28;
1965 — 36.789 toneladas — Um resumo de 137,3;
1966: o Banco informa que a produção que passou através das suas arteiras cifrou-se em 29.946 toneladas. Prestem bem atenção os Srs.

Senadores neste aspecto; em 1966, o Banco informa que a produção foi de 29.946 toneladas, praticamente trinta mil toneladas. Entretanto, a estatística fornecida pela Superintendência da Borracha informa que apenas a produção da borracha vegetal atingiu, em todo o País, inclusive a borracha plantada, a 24.300 toneladas, sendo 22.600 da silvestre e 1.700 da plantada.

O Sr. Desiré Guarani — Essa indicação de 29.300 toneladas feita pelo Banco da Amazônia da produção de 1966, foi em que data? Faço a pergunta apenas para estabelecer um raciocínio.

O SR. EDMUNDO LEVI — De acordo com o relatório do Banco, é relativamente ao início de 1967.

O Sr. Desiré Guarani — E a Superintendência da Borracha informa que a produção foi de apenas 26.000 toneladas, em que ocasião?

O SR. EDMUNDO LEVI — Essa informação consta de ofício datado de 27 de setembro de 1967, do Ministro, e de 18 de setembro, da Superintendência.

O Sr. Desiré Guarani — Muito posterior à data do Banco. Então se devia retificar. E ele ainda a dá como estimativa, se não me engano, pela informação de V. Exa.

O SR. EDMUNDO LEVI — Não; ele dá a produção real.

O Sr. Desiré Guarani — Com esses dados completamente defasados, e que não correspondem à realidade, a Superintendência do Banco procura apresentar um quadro sobre a borracha plantada, para pior isto só nos leva a uma conclusão: não está havendo boa-fé no exame desse problema por parte da Superintendência da Borracha. Não nos é possível acreditar que números estejam sendo manipulados de tal maneira apenas para permitir a importação de borracha do estrangeiro, e que isso esteja sendo feito de boa fé e com boa intenção. Por mais boa vontade que tenhamos na apreciação desse ato administrativo, não podemos chegar senão a esta conclusão: não é dente de coelho que está havendo em tudo isso, mesmo porque os coelhos estão banidos da Amazônia. Ai deve estar havendo é dente de elefante... (Riso.)

O SR. EDMUNDO LEVI — O quadro, para pior, na estatística fornecida pela Superintendência da Borracha, nobre Senador Desiré Guarani tem uma finalidade. Veja V. Exa. e vejam os Srs. Senadores: o Banco dá uma produção de cerca de sete mil e algumas toneladas, além daquelas que fornece a Superintendência da Borracha; esta, depois, dá como estimativa permanente de 1967, isto é do ano em curso até 1970 a produção de apenas vinte mil toneladas por ano. Há, portanto, um objetivo, que não é apenas congelar a produção da borracha silvestre, mas excluir totalmente a produção da borracha amazônica. É o que está bem claro numa entrevista concedida pelo Sr. Superintendente da Borracha a “O Globo”, do dia 7 do mês em curso. Depois de analisar certos aspectos da Assembleia Mundial da Borracha, que se está realizando em São Paulo, o Sr. Superintendente da Borracha num tópico da sua entrevista, diz o seguinte, conforme o jornal:

“...a borracha da Amazônia não convém por uma série de motivos, principalmente pelo preço...”

Vejam os Srs. Senadores: ele diz que a borracha não convém por uma série de motivos, e aponta como fator principal, o seu preço.

Alega o Sr. Superintendente que a borracha silvestre é excessivamente cara. Mas é S. Sa. mesmo que, em informações prestadas, vem desfazer a afirmativa de que a borracha silvestre amazônica é excessivamente

cara: a importação, este ano, de 353 toneladas de borracha vegetal sólida, custou aos cofres públicos a importância de US\$ 206.610,90, equivalente a NCr\$ 560.952,30 ou Cr\$ 560.952.300,00.

Feitos os cálculos, verificamos que a tonelada de borracha importada, entregue ao porto de Santos, segundo a informação, custa NCr\$ 1.529,10 ou Cr\$ 1.583.100,00. Reduzida a quilo, dá exatamente Cr\$ 1.589,00 ou praticamente NCr\$ 1,59.

Enquanto a borracha importada atinge o preço de NCr\$ 1,59, o produto nacional, a borracha silvestre, tem a cotação básica de NCr\$ 1,48, isto é, cem cruzeiros menos que a da importada.

O Sr. Desiré Guarani — Permite V. Exa um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Desiré Guarani — Peço desculpas a V. Exa por estas interferências repetidas no seu discurso...

O SR. EDMUNDO LEVI — V. Exa está colaborando sempre quando aperta.

O Sr. Desiré Guarani — ... mas o assunto é realmente empolgante para nós da Amazônia, uma vez que ele representa uma frustração de todos aqueles que acreditam na promessa de integração da Amazônia na comunidade nacional. Enquanto as promessas são feitas, as medidas efetivas são o desestímulo à produção de borracha, o desestímulo à ocupação da Amazônia pelo braço nativo, procurando anular todo o esforço nacional de ocupação da Amazônia nas fronteiras e nos altos-rios, provocando o abandono dos seringaais em benefício da importação de borracha estrangeira. Esta frustração leva-me a citar o seguinte tópico, publicado na “Folha de São Paulo” de 10 de setembro de 1967, um dos jornais de maior divulgação no País. Tem o seguinte título: “O Governo Precisa e Deve Evitar Novas Frustrações”. É comentário assinado pelo Senhor Herbert Cohn, analisando as frustrações do Governo. A denúncia se V. Exa me permite, se aplica como uma luva ao problema da borracha. (Le)

“E há outro prisma pouco digno: elementos chegados ou ligados às autoridades têm possibilidades de realizar especulações, jogadas espetaculares, em detrimento do interesse coletivo. Compra no perigo das depressões estas foram levadas ao extremo e para vender em seguida graças às boas informações — a preço altíssimos, com o anúncio ou promulgação de medidas oficiais, ou ineficiências das medidas, ou ainda, a simples não concretização dos anúncios oficiais.”

Esta denúncia, — repito — aplica-se como uma luva a uma operação comercial, a uma jornada comercial de importação de borracha estrangeira, com preço superior ao nacional em detrimento da tentativa da ocupação da Amazônia pelo braço nativo.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato à contribuição que me traz o nobre Senador Desiré Guarani, que tantas vezes tem demonstrado alto interesse e ardor na defesa das crises do Amazonas.

A estatística fornecida, portanto, pela Superintendência da Borracha, destrói a própria afirmação do seu dirigente, de que a borracha da Amazônia não convém, por vários motivos, principalmente pelo preço, pois, como está evidente, a borracha nativa custa menos do que a importada.

Mas, Senhores Senadores, se fossemo sabandonar a nossa borracha por que custasse mais caro do que a estrangeira, teríamos, inicialmente, de

fechar, no Brasil, as fábricas de automóveis. Não há quem não saiba que um automóvel comum de passeio custa, praticamente, duas vezes o preço de um similar importado.

Iriamos, também, fechar as fábricas de tecido, porque todo o nosso tecido é muito mais caro do que o tecido estrangeiro.

Possivelmente, não teríamos mais funcionando no Brasil as fábricas de louça, o preço da nossa produção de louça é relativamente à estrangeira, decuplicado.

Não teríamos, assim, inclusive, a produção de gêneros alimentícios, como o leite, por exemplo, pois o importado chega ao Brasil pela metade do preço que se vende o nacional.

Assim, uma série de produtos. Entretanto seria uma loucura, uma monstruosidade que pretendêssemos fechar tais fábricas unicamente porque a sua produção é mais cara do que a similar estrangeira.

Ainda que fosse mais cara a borracha nacional, estaríamos na obrigação de manter a sua produção, estimulando-a de acordo com o crescimento da demanda, enquanto se faz a substituição da atividade, para que ainda ao invés de explorarmos os seringaais nativos, estejamos explorando seringaais agricultados na Amazônia.

Isso é uma necessidade que se impõe para que mantenhamos as populações que trabalham no interior da Amazônia integradas no trabalho rotineiro, embora reconheçamos merecedor de uma transformação, mas que só se poderá obter após o decurso de 10, 15 anos.

Aliás, a própria legislação que regula a nova política econômica da borracha prevê essa mudança, pela diversificação das atividades, a fim de que o seringaial nativo seja pouco a pouco substituído pelo seringaial cultivado. Entretanto, esta providência não se faz em um dia, em um mês ou em um ano.

Seringueira não é couve. Seringueira, pode-se dizer, é carvalho; precisa de tempo para crescer.

Mas, Senhores Senadores, se persistirmos nessa política errônea de estrangular a produção da borracha nativa, sem que façamos a substituição dos seringaais nativos pelos seringaais cultivados, estaremos desperdiçando divisas que poderiam ser aplicadas em diversos materiais necessários ao desenvolvimento de todo o Território Nacional.

Vejam, V. Exa uma curiosidade: a borracha vegetal importada em 1966 custou US\$ 6.610.937,12; a que foi importada em 1967, até agora, US\$ 395.993,00. A estimativa do consumo para 1970, desde que as borrachas de produção nacional atingirão, com o acréscimo da produção sintética, o total de 51.390 toneladas, é de 101.000 toneladas, das quais a metade será importada.

Vejam, portanto, os Senhores Senadores que, nessa evolução, o dispêndio de divisas será astronômico, impedindo que todo esse volume de dinheiro seja aplicado na aquisição de fertilizantes para nossa agricultura, de tratores, de maquinarias novas para as nossas fábricas, e, finalmente, de tudo aquilo que ainda não produzimos e de que temos necessidade para o desenvolvimento conveniente do nosso País.

O Sr. Flávio Brito — Permite V. Exa um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer.

O Sr. Flávio Brito — Nobre Senador Edmundo Levi, está-se realizando, em São Paulo, a Assembleia Mundial da Borracha, com o comparecimento de trinta países, inclusive os Estados Unidos, o Japão, a Itália, a Rússia e outros. O Brasil já faz parte desse Congresso desde 1962. No-

ta-se, pelo que tem sido publicado nos jornais que do temário nada consta das providências e das necessidades relativas aos produtores de borracha às quais V. Ex.^a, noutras vezes e agora, tem-se referido nesta Casa. O mais grave, ainda, Senador é que a delegação brasileira é composta só de funcionários e alguns industriais. Existe, como V. Ex.^a sabe, um Sindicato específico, patronal, que é o Sindicato de Seringalistas da Borracha do Amazonas, como também um órgão convidado, por lei, a comparecer a todos esses Congressos, que é a Confederação Nacional da Agricultura, órgão que tem autoridade para falar na agricultura brasileira. Foram ambos omitidos na delegação. Mais por educação, o Congresso Nacional recebeu sempre um convite para se fazer representar. Pois nem o Congresso brasileiro foi convidado para fazer parte, para tomar conhecimento dos assuntos a serem debatidos na presença de mais de trinta e cinco países. Ora, nobre Senador, isto é grave: que a economia da borracha esteja entregue ao Dr. Fonseca, cidadão que, ao que tudo indica, não tem sequer conhecimento dos órgãos que representam a agricultura e que deveriam fazer parte da delegação brasileira, a fim de esclarecer as necessidades reais e não as necessidades de gabinete. Aliás, esse cidadão afirma que da borracha produzida na área amazônica já não se deve tomar conhecimento, porque não tem condições de aproveitamento. Quero congratular-me com o pronunciamento de V. Ex.^a e também deixar o meu protesto, não só como representante do Amazonas, mas ainda na qualidade de Presidente da Confederação Nacional da Agricultura, por ter sido esse órgão omitido e não haver um delegado da agricultura para poder esclarecer as necessidades desse setor.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito grato ao Senador Flávio Brito pelos esclarecimentos que traz e demonstra, na sua informação, que o problema sobre que discorremos é tratado entre quatro paredes, sem que sejam ouvidos os homens diretamente interessados na produção e capazes de dizer o que se pode fazer, o que se deve fazer e como se deve fazer para melhorar, para ampliar a produção da borracha vegetal brasileira. Se isso ocorrer, nobre Senador, não teríamos, já em 1966, dispendido importância tão elevada em cruzeiros e em divisas com importação de borracha. Entre borracha vegetal e borracha sintética, consumimos o ano passado 17.147.141,67 dólares. Importância tão vasta permitiria pequena melhora no preço da borracha vegetal, como estímulo à produção e forma de evitar a importação que propositalmente se fomenta.

Agora mesmo, estou recebendo da Associação Comercial do Amazonas um telegrama em que aquela entidade transmite ao Presidente do Conselho Nacional da Borracha, que, por lei, é o Senhor Ministro da Indústria e Comércio, o seu protesto contra a liberalidade com que agiu o Superintendente da Borracha, autorizando, *sponte sua*, sem nenhuma base legal, a importação de borracha vegetal necessária ao consumo, durante dois meses, das indústrias de manufatura da matéria.

A Associação Comercial transmite-me o teor desse despacho, pedindo que dê o conhecimento a esta Casa. É o seguinte: (Lê)

A Associação Comercial, trazendo o pensamento dos produtores e exportadores de borracha, estes com enormes investimentos em usinas de beneficiamento onde trabalham centenas de operários, vem manifestar desgosto e apreensões motivados pelo conteúdo do Ofício 0908, da Superintendência da Borracha,

anunciando a próxima concessão de licenças às indústrias para importação de duas cotas de borracha vegetal para seu uso. Sem ressaltar, por desnecessário, a ilegalidade de semelhante autorização porquanto a referida importação é privativa do Conselho Nacional da Borracha, esta Associação pede a V. S.^a que considere a gravidade do fato de pretendida entrada de borracha estrangeira ocorrer em plena safra da borracha nacional, quando os produtores de Belém, Manaus, Porto Velho e Rio Branco dispõem de estoques suficientes para atender aos iminentes pedidos de compra. A divulgação do citado ofício provocou refratamento das indústrias consumidoras que vêm procurando forçar a baixa de preços dificultando a operação de firmas exportadoras. Esse comportamento poderá provocar o fechamento de usinas iminentemente em regressão e desenvolvimento das indústrias da Amazônia quando o Governo se comprometa na implantação e desenvolvimento do parque industrial nesta área. Conquanto o assunto já é objeto de telegrama ao Governador do Estado e ao Conselho, cumprimento também o dever de reclamar imediato cancelamento dos termos do citado ofício, providência que estenderemos ao Excelentíssimo Senhor Presidente da República e Ministros da Indústria e Comércio e do Trabalho e Previdência Social porque não se faz admissível que o poder econômico das indústrias estrangeiras provoque o desmantelamento da economia nacional, ainda hoje vendente, neste Estado, no Estado do Acre e no Território do Roraima, da extrativismo da borracha por falta de ação adequada dos órgãos norteadores da política econômica dessa matéria — prima onde se inclui a pecuicultura quando racionalmente assistida e financiada. Cumpre esclarecer que, a despeito de todas as dificuldades criadas pela nova legislação da borracha, os exportadores de comum acordo, estão comprando a borracha bruta com aumento de cem cruzeiros velhos sobre tabelas oficiais, tanto para favorecer os produtores como para evitar bruscas e violentas elevações, que poderão ser contornadas através da valorização gradativa do trabalho dos extratores, na forma como vem sendo praticada através do referido aumento. Esclarecendo resposta tranquilizadora de V. S.^a a Associação apresenta respeitosos cumprimentos."

Este o telegrama de protesto que a Associação Comercial dirigiu ao Senhor Ministro da Indústria e Comércio, nas suas elevadas funções de Presidente do Conselho Nacional da Borracha.

O escândalo da autorização de importação da borracha provocou tal alarima nas classes produtoras, que a imprensa do Amazonas, por um dos seus mais conhecidos órgãos, "O Jornal", estampa e noticia de outro telegrama, dirigido também ao Superintendente da Borracha, com o seguinte conteúdo: "Golpe no Amazonas".

O que se pratica, realmente, é um golpe destinado a justificar essa estatística falsa apresentada pela Superintendência da Borracha.

Quando o Superintendente diz que a produção em 1966 foi apenas de 22.600 toneladas, em contraste com a realidade apresentada no balanço do Banco da Amazônia, e escalona, como produção até 1970, apenas a quantidade de 20.000 toneladas, evidentemente pretende desestimular a

produção, a fim de que permita, cada vez mais, a importação injustificada, desnecessária de borracha estrangeira.

E mais do que o congelamento que pretende para destruir total e definitivamente a economia secular na Amazônia e que, embora deva ser modificada, constitui ainda o sustentáculo de toda a grande Amazônia Ocidental.

Assim, Sr. Presidente e Senhores Senadores, analisando para este Plenário as informações prestadas pela Superintendência da Borracha, quero pedir ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio que examine com toda a atenção o procedimento desse órgão, a fim de que a Amazônia não veja nesse organismo recém-criado apenas um instrumento para destruí-la, através, é difícil, o seu progresso.

Protestando contra a orientação da Superintendência da Borracha, que visa sobretudo a aniquilar a produção nativa, sem que inicie qualquer medida para substituí-la, quero deixar também apelo ao Sr. Presidente da República para que recomende, ao Sr. Ministro da Indústria e do Comércio o exame do que ocorre verdadeiramente na Amazônia, a fim de que S. Ex.^a não seja colhido por uma surpresa desagradável, por informações inverídicas de um órgão oficial.

O Sr. Atílio Fontana — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. EDMUNDO LEVI — Com prazer, Senador.

O Sr. Atílio Fontana — Estou ouvindo o relato que V. Ex.^a faz sobre o problema da borracha nativa. É lamentável que se permita a importação de borracha quando poderíamos suprir nossas indústrias com o produto nacional. V. Ex.^a diz muito bem — ainda que custe, o quilo da borracha nacional, um pouco mais do que a estrangeira, o Brasil não se pode dar ao luxo de querer continuar com a importação desse produto para competir com o nacional, especialmente porque lutemos com escassez de divisas. V. Ex.^a focaliza muito bem o problema inclusive porque a economia de divisas proveniente da não importação de borracha, poderíamos aplicá-la na importação de materiais que não produzimos e que não possuímos. Esperamos, portanto, que o brilhante discurso de V. Ex.^a, a advertência que está fazendo, tenha boa ressonância, e que os órgãos governamentais, especialmente os Ministérios da Indústria e Comércio, da Agricultura e do Planejamento, tenham as providências para resgatar o produtor de borracha nacional. E não apenas amparar, mas evitar que um país como o Brasil, que tem condições para conseguir uma grande produção de borracha e a cumprir no mercado nacional, fique ao ponto de importar o similar estrangeiro. Algo deve estar errado mesmo, ainda mais agora, que o Governo, através do SUDAM, pretende desenvolver a atividade econômica na região que V. Ex.^a tão bem representa, a Amazônia. Assim, tudo devia ser feito no sentido de aumentar a produção e não desestimular o produtor com a importação do similar estrangeiro. Confiamos em que o próprio Presidente da República Marechal Arthur da Costa e Silva, tomando conhecimento do fato, determinará orientação de acordo com os interesses nacionais. E a forma de defender a economia brasileira e melhorar, principalmente, as condições de vida do povo da zona da borracha.

O SR. EDMUNDO LEVI — Muito me honra o aparte do eminente Senador Atílio Fontana, homem de visão comercial e industrial, que apreendeu, perfeitamente, o drama que representa, para a Amazônia a conduta errada de órgão que tem por finalidade justamente, a execução da nova política legalmente instituída,

para a borracha. Parece que há um conluio nas camadas inferiores contra as diretrizes das camadas superiores da administração. A borracha, nobre Senador Atílio Fontana, ainda que custasse mais, — como V. Ex.^a disse — seria em cruzeiro cruzeiro que circularia em toda a área nacional, levando o progresso à região por onde passasse qualquer produto de borracha, permitindo que a população que vivem em torno desse produto pudessem ganhar um pouco mais, a fim de, também, poderem adquirir um pouco mais daquilo que essas indústrias produzem. E a maneira de melhorar o poder aquisitivo das massas trabalhadoras da Amazônia.

Eia o que tinha a dizer, Sr. Presidente. *Grato bem! Muito bem!*

COMPARCEM MAIS OS SENHORES SENADORES:

Adalberto Sena.
Milton Trindade.
Clodomir Millet.
Sebastião Archer.
Paulo Sarate.
Wilson Gonçalves.
Damício Gondim.
Jesephil Marinho.
Raul Giuberti.
Aurão Steinbruch.
Vasconcelos Torres.
Gilberto Marinho.
Milton Campos.
Adolpho Franco.
Celo Ramos.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — A Presidência comunica haver recebido requerimento de informação do Sr. Rui Palmeira ao Ministério dos Transportes. Após despacho o requerimento será publicado no Diário do Congresso Nacional. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Encerrada a hora do Expediente.

O SR. DESIRE GUARANI:

Pego a palavra, pela ordem. Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guilherme Mondim) — Tem a palavra pela ordem, o Sr. Senador Desire Guarani.

O SR. DESIRE GUARANI:

(Pela ordem) — (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, eu desejava que a Mesa tivesse a honra de me informar a respeito da indicação feita pelo Exmo. Sr. Presidente da República, que depende da apreciação do Senado.

Não é que eu queira que esta indicação seja aprovada. Meu voto já foi declarado contra. Gostaria de ter o apoio unânime de manter esta indicação. Entretanto, hoje, termina o prazo de convocação que determinou a indicação neste plenário, de modo que não se possa mais aprovar a indicação.

Retiro-me, Sr. Presidente, a indicação do Sr. Arthur César Ferreira Reis para membro da Comissão de Defesa Econômica (CADE), que deu entrada no Senado, no dia 15 de setembro, portanto há mais de um mês. Desde então várias outras Mensagens, de caráter convocatório, foram apresentadas a esta Casa, e a indicação, inclusive, de quem está, hoje, tomando posse das suas funções, membros do Supremo Tribunal Federal que tiveram seu nome arquivado nesta Casa, depois da indicação do Sr. Arthur César Ferreira Reis.

Hoje mesmo, em sessão extraordinária, foi apreciada, pelo Senado a indicação do nome Embaixador em Gana, que deu entrada há pouco dias.

Embora há mais de um mês o Senado a indicação do Sr. Arthur Reis não veio a Plenário, supõe-se

furtada, a oportunidade de dar o meu voto contra a mesma.

Como representante do Amazonas queria frisar meu voto contra esse filho da Amazônia que, infelizmente, como Governador do Estado, não correspondeu aos anseios e às esperanças que o povo do Amazonas nele depositou quando apareceu lá como governante, Governador da revolução.

Se esse nome viesse a Plenário, ainda com minha presença aqui, eu faria referência a três fatos que me escaparam quando fiz aquela indicação de "a" a "u", deixando de usar três letras do alfabeto. Trata-se de outros atos praticados pelo Senhor Arthur Cesar Ferreira Reis, como Governador. Faria, então, indicações que constituiriam as letras "v", "x" e "z" de atos arbitrários, indefensáveis, praticados pelo mesmo Senhor, quando no Governo do Amazonas.

Os três fatos são os seguintes e corresponderiam:

y — desligou-se oficialmente da ARENA, por simples bilhete publicado nos jornais de Manaus, em fins de outubro de 1966, só porque o Tribunal Regional Eleitoral registrou a candidatura, por sublegenda da ARENA, do atual Deputado Federal José Lindoso, seu primeiro Secretário de Educação, e cuja candidatura à Deputado Federal, o Sr. Arthur Reis hostilizou ao limite máximo de suas forças, na função de Governador;

x — em novembro de 1966 demitiu um neto do ex-Senador Waldemar Pedrosa enviou uma carta ao atual Deputado Federal Bernardo Cabral, dando-lhe seu apoio de eleitor;

z — em 17 de novembro de 1966, determinou e executou a demolição de um prédio, quase pronto, construindo em sua administração, no bairro de São Raimundo, em Manaus, só porque as urnas acusavam a preferência dos eleitores de São Raimundo pelo candidato a Senador João Veiga, e não pelo candidato apoiado pelo Governador, Senador Vivaldo Lima.

Estes os três atos que acrescentaria como desabonadores da conduta de um governante, praticados contra elementos do seu próprio partido, a ARENA, quando Governador do Estado do Amazonas.

Infelizmente, porém, não posso fazê-lo, porque, hoje, termina o período de minha convocação. Apesar de um mês, a mesma não veio à apreciação deste Plenário.

Então, a minha questão de ordem é simplesmente esta, Sr. Presidente: gostaria de saber, se fosse possível, porquê esta mensagem, nesta Casa há mais de um mês, num processo de hibernação, como o "Correio da Manhã" indicou ontem, até agora não veio à plenário, furtando-me a satisfação de, como representante do povo do Amazonas — repito — votar contrariamente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — A Mesa responde à questão de ordem do Senhor Senador Desiré Guarani, informando que a indicação a que S. Ex.^a faz referência está sendo objeto de estudos da Comissão de Economia. Portanto, a Mesa aguarda que a referência da Comissão ultime o seu trabalho para incluir a matéria em Ordem do Dia. É o que está ocorrendo.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Passa-se à

ORDEN DO DIA

Item 1:

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara número 62, de 1967 (nº 41-B-67 na Casa de origem), que revoga o Decreto-lei nº 142, de 2 de fevereiro de

1967, que dispõe sobre o Plano Rodoviário Nacional, tendo Pareceres, sob ns. 684 e 685, de 1967, das Comissões de Constituição e de Justiça, pela constitucional e juridicidade, com declaração de voto dos Srs. Antonio Balbino e Aloysio de Carvalho Filho; de Transportes, Comunicações e Obras Públicas.

Foi encaminhado à Mesa requerimento de autoria do Sr. Senador Filinto Müller, que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 880, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra 1 e 274, letra b, do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei da Câmara nº 82, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 26 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — Filinto Müller.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — De acordo com a deliberação do Plenário o projeto voltará à Ordem do Dia na sessão do dia 26 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Item 2:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 13, de 1967, de autoria do Sr. Senador Vasconcelos Torres, que altera o § 1º do artigo 11 da Lei nº 4.494, de 25 de novembro de 1964 e acrescenta-lhe novo parágrafo, tendo Pareceres, favoráveis, sob nºs 562, 563, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, (sob o aspecto jurídico-constitucional) e de Legislação Social.

Lembro aos Srs. Senadores que esse Projeto de Lei foi aprovado, em primeiro turno, na sessão do dia 10 do corrente.

Sobre a mesa requerimento de adiamento de discussão, que será lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 881, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra "1" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado nº 13, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 26 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — Vasconcelos Torres.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) De acordo com a deliberação do Plenário, a matéria voltará à Ordem do Dia, da sessão do dia 26 do corrente.

O SR. PRESIDENTE:

Item 3:

Discussão, em segundo turno, do Projeto de Lei do Senado número 50, de 1967, de autoria do Sr. Senador Oscar Passos, que declara de utilidade pública o "Círculo dos Oficiais Intendentes das Forças Armadas" com sede no Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, tendo pareceres favoráveis sob números 635, 636 e 637, de 1967, das Comissões de Constituição e Justiça, quanto à constitucionalidade; de Segurança Nacional; e de Finanças.

Este projeto teve sua discussão em primeiro turno aprovada na sessão de 10 do corrente.

Sobre a mesa requerimento que vai ser lido pelo Sr. 1º Secretário.

É lido e aprovado o seguinte

REQUERIMENTO Nº 882, de 1967

Nos termos dos arts. 212, letra "1" e 274, letra "b", do Regimento Interno, requeiro adiamento da discussão do Projeto de Lei do Senado número 50, de 1967, a fim de ser feita na sessão de 26 do corrente.

Sala das Sessões, 18 de outubro de 1967. — Guido Mondin.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Em consequência, a matéria voltará à Ordem do Dia de 26 do corrente.

(Guido Mondin)

Item 4:

Discussão, em turno único do Requerimento número 636, de 1967, pelo qual o Sr. Senador Carlos Lindenberg solicita um voto de congratulações com os dirigentes, funcionários e operários da Companhia do Vale do Rio Doce, pelo transcurso de seu "Jubileu de Prata", tendo Parecer favorável, sob o número 687 da Comissão de Constituição e Justiça.

Em discussão o Requerimento. Se nenhum dos Srs. Senadores desejar discuti-lo, declaro encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam, queiram conservar-se sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

Será feito o expediente necessário.

É o seguinte o requerimento aprovado:

O SR. PRESIDENTE:

REQUERIMENTO Nº 636, DE 1967
Senhor Presidente:

Certo de interpretar os sentimentos de todos os meus pares, requeiro, nos termos do Regimento Interno, submeta Vossa Excelência à consideração da Casa, um voto de congratulações com os dirigentes, funcionários e operários da Companhia Vale do Rio Doce, pelo transcurso do seu Jubileu de Prata, transmitindo-se ao seu ilustre Presidente, Professor Antônio Dias Leite Filho, a nossa certeza de que, sob sua orientação, a Companhia atingirá em breve a almejada meta de exportação de 20 milhões de toneladas de minério de ferro.

Sala das Sessões, em 22 de junho de 1967. — Carlos Lindenberg.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) Está esgotada a matéria constante da Ordem do Dia. Há oradores inscritos.

Tem a palavra o Sr. Desiré Guarani.

O SR. DESIRÉ GUARANI:

Sr. Presidente, Srs. Senadores, desejo mais uma vez, deixar registrado que o assunto da problemática amazônica vem constituindo interesse cada vez mais amplo da maior camada da população amazônica, ao ponto de se poder dizer que hoje, praticamente, toda a população está empolgada pelo que a Igreja denominou a "era amazônica". E, para melhor elucidar o povo da própria região e capacitá-lo a reivindicação de soluções exequíveis que um dos mais prestigiosos órgãos da imprensa do Amazonas, o "O Jornal", da empresa Archer Pinto vai iniciar a confecção de um caderno que focalizará todos os municípios da Amazônia, à semelhança da Folha de São Paulo, que vem fazendo vários cadernos de diferentes assuntos, já

tendo realizado um caderno destinado ao Nordeste, outro consagrado à Amazônia e um terceiro à grande São Paulo.

O "O Jornal" vai em breve iniciar esses lançamentos. E o primeiro deles vai ser dedicado ao Município de Itacatiara, o mais importante município do interior e o único com ligação rodoviária direta com a capital do Estado e que vai ter os seus múltiplos aspectos analisados para que a população daquele município esteja mais capacitada, bem como todo o Amazonas, a defender suas justas reivindicações, exequíveis dentro da problemática amazônica.

Desejo ainda, Sr. Presidente e Srs. Senadores, fazer referência à política econômico-financeira do Governo Federal. Já a analisamos aqui em várias oportunidades e apresentando pontos-de-vista contrários à orientação da mesma. Lemos hoje no "Diário de Notícias", na primeira página, que o Governo Federal alarmado com a crise financeira — o Governo está alarmado com a crise financeira! — vai adotar providências energéticas com relação aos juros e, imediatamente, tendo em vista essas dificuldades financeiras, vai emitir mais cem milhões de cruzeiros novos em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional, consideradas pelo Governo como único recurso antinflacionário.

Simultaneamente, Sr. Presidente e Srs. Senadores, está em curso no Congresso, agora em exame na Câmara dos Deputados, o Projeto número 699, de iniciativa do Executivo, no qual se pede autorização para emitir mais trezentos milhões de cruzeiros novos em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional. São mais 400 bilhões de cruzeiros, em moeda antiga, em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional que irão acrescer a dívida pública brasileira, em títulos em que se aplica, além dos juros e comissões aos corretores, a correção monetária para proteger esses títulos.

Então, Sr. Presidente e Srs. Senadores, o déficit previsto, só na parte tributária, para este ano, que é de um trilhão e quatrocentos bilhões de cruzeiros, vai ser acrescido do dobro, porque, além desse déficit na receita, o Tesouro já emitiu mais de um trilhão de cruzeiros em obrigações reajustáveis do Tesouro Nacional. Com estes mais quatrocentos milhões de cruzeiros novos que vai emitir, são um trilhão e quinhentos bilhões de cruzeiros, o que eleva o déficit, até o fim do ano, de caixa do Tesouro Nacional, a três trilhões de cruzeiros de moeda antiga, ou seja, três bilhões de cruzeiros novos, portanto superior à toda a arrecadação do imposto de renda. Um déficit imenso, nunca visto, e que comprova, por si só, a falência da política financeira que o Governo está adotando.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Com toda satisfação.

O Sr. Marcello de Alencar — Se fôssemos nos louvar nas informações da Liderança do Governo nesta Casa, o País estaria promissor, o País estaria com índices em ascensão, o País estaria em calma. Mas V. Ex.^a traz ao conhecimento da Casa a alarmante situação em que se encontra o próprio Governo. Assisti à inquirição que se fez, na Câmara dos Deputados, ao Ministro do Planejamento. A indagação de um Deputado sobre a situação desse déficit, respondeu S. Ex.^a com aquela tranquilidade dos homens que, hoje, ocupam o poder, que o déficit do orçamento, até aquela data, ia a perto de um trilhão de cruzeiros — e respondeu como quem diz: E daí... e daí!...

O Sr. Altino Fontana — Permitta-me, nobre Senador, concluir minhas considerações. Esqueados em indústrias de homem prático e não teórico, empresário precisa, acima de tudo, de um homem prático. Nessas condições podemos afirmar que a situação da Estacionária ficou contida a um nível muito mais baixo do que a das outras empresas. Isso se verificará através dos preços dos produtos, sejam das indústrias, da pecuária ou da lavoura. Não podemos apresentar argumentos que venham a enganar a boa fé.

queles que apenas ouvem e não têm facilidade de tirar conclusões exatas. Estamos freqüentemente aqui fazendo críticas a certas soluções, a certas decisões do Governo. Ainda há pouco, quando falou o nobre Senador Edmundo Levi sobre o problema da brachia, manifestamos-nos de pleno acordo, pois não nos parece este, sendo bem conduzido o problema. Mas, com relação à inflação devemos agir com sensatez. Da forma pela qual o orador apresenta, a inflação estaria se processando dentro de um índice muito superior àquele que, na realidade, estamos sofrendo. Estamos de pleno acordo, nobre Senador, com o baixo nível do padrão de vida do nosso povo incluindo grandemente sobre o seu poder aquisitivo. Temos freqüentemente nos manifestados a respeito. Entretanto é do nosso dever apresentar os problemas como realmente são e se queremos melhorar o padrão de vida do povo o único caminho é aumentar a nossa capacidade produtiva. Somente com maior produção poderemos melhorar o padrão de vida do povo brasileiro. Quanto ao funcionalismo público concordamos em que este não está sendo bem remunerado. Acontece, entretanto, que em nosso País, regra geral, o número de funcionários é muito superior àquele que seria necessário para o desempenho de funções. Então quando há funcionários em qualquer setor que recebem uma remuneração, ainda que reduzida sem aquela contrapartida do desenvolvimento de atividade de produção, os outros terão que pagar. Quando um ganha sem trabalhar outros trabalham mais para pagar aquele que não trabalha. O problema no Brasil é muito complexo, não só no Brasil como na América Latina. É possível que com esforço de todos possamos melhorar a produtividade em todos os setores e que possamos, a exemplo do que se está fazendo nas empresas privadas, com a nova Legislação trabalhista — teremos oportunidade de apreciar o assunto em outro dia — conseguir aumentar a produtividade das nossas empresas e com ela o aumento do poder aquisitivo dos nossos funcionários.

O Sr. Marcello de Alencar — Nobre Senador, permita-me lembrar que V. Ex.^a tem desafio uma resposta, baseada na insensatez do Governo, em trazer uma contradição entre os índices aferidos de correção monetária e os índices que apresenta para efeito de cálculo da taxa de inflação. Esta resposta até hoje o Governo não deu. Já assisti a V. Ex.^a em mais de dez pronunciamentos, referir-se a esta contradição que me parece uma insensatez. A nossa posição de oposição é exatamente evitar que o Governo engane o povo. Não queremos dar contribuição no sentido de enganar. A pergunta que V. Ex.^a faz sistematicamente, até hoje não foi respondida. São os órgãos do Governo que fazem os cálculos e aferem os índices. E esta contradição insensata que nos deixa perplexos. Até hoje, a liderança do Governo não esclareceu entre o que diz e o que é a realidade. Não há insensatez de nossa parte. O que é insensato, é não querer que o povo brasileiro fique a par dos assuntos em debate.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Honro-me agora com o aparte do nobre Líder do Governo, Senador Daniel Krieger.

O Sr. Daniel Krieger — Não tenho memória de se ter invocado no Senado, anedota para justificar debates. No entanto, aceito pressurosamente a provocação. Ocorre-me, igualmente, uma anedota que não é propriamente anedota, porque fato verdadeiro com tonalidade de anedota. Quando estudante e morava numa pensão da rua de França em Porto Alegre, ouvi certa noite gritos pedindo socorro. Acorri pressurosamente e lá

estava um homem comprimido contra a parede e o outro o taxava de ladrão. Ao interferir o agredido fugiu. Então o agressor explicou-me: o ladrão é ele, eu sou o engenheiro da obra. Assim são os responsáveis pela inflação, que levaram o país a um índice de 99 por cento de inflação e hoje procuram acusar o Governo, que está fazendo um esforço tremendo no sentido de debela-lo.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não estou acusando o Governo com relação à inflação. Estamos apenas dizendo que os índices dados como de combate à inflação não correspondem à realidade, há necessidade de reajustá-los.

O Sr. Daniel Krieger — Por que V. Exas., quando tinham o Governo nas mãos, quando a inflação era desbragada, não se insuriram?

O SR. DESIRÉ GUARANI — Sempre me insurri, pelo menos no nosso humilde setor.

O Sr. Daniel Krieger — V. Exas. sempre davam solidariedade ao Governo.

O SR. DESIRÉ GUARANI — De minha parte, não. Na humilde posição de Secretário do Governo, no Amazonas, nunca ratifiquei certas medidas. Também não, quando Secretário, quando era Governador o Dr. Pinheiro Neto, comparei o Sr. João Goulart, ele se tornou praticamente inimigo pessoal do Presidente, pelos recamos e denúncias que fazia dentro que considerava errado no seu Governo.

O Sr. Daniel Krieger — Esta atitude de V. Ex.^a me conforta muito, porque vem provar que o Governo passado estava totalmente errado.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Totalmente errado, já é conceito de V. Ex.^a. Ninguém é anjo neste mundo e até Deus se envergonha quando escolheu Lucifer e o colocou ao seu lado direito e depois o mandou para o inferno. Até Jesus escolheu Judas para seu discípulo.

O Sr. Daniel Krieger — Gostaria de saber quem é o Judas, se V. Ex.^a ou o Sr. João Goulart.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Prefiro ser eu o tachado como Judas, nesse caso especial.

O Sr. Daniel Krieger — Esta é uma atitude de V. Ex.^a que muito o enobrece. Eu nunca quereria ser Judas.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Nunca fiz papel semelhante, mas, para se definir uma posição, eu aceitar a responsabilidade de assim ser tachado.

O Sr. Daniel Krieger — É responsabilidade que eu nunca aceitaria.

O SR. DESIRÉ GUARANI — É tudo questão de ponto de vista e de definição.

O Sr. Daniel Krieger — O homem nunca pode aceitar a função de traidor. Pode aceitar a função de enganado, de errado, pode aceitar qualquer outra função, mas não a de traidor.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Sr. Presidente e Srs. Senadores, o que desejamos fazer neste nosso último pronunciamento após tão agradável convivência nesta Casa, nesta passagem de quatro meses, é que sejam conhecidos, realmente, da necessidade de insistirmos em debater os problemas da Amazônia como única fórmula de ver-las um dia solucionados. E, paralelamente a essa luta, insistimos na defesa dos assalariados, especialmente dos servidores públicos federais.

Neste nosso último pronunciamento Sr. Presidente e Srs. Senadores, apenas para argumentar, aceitamos a afirmativa do nobre Senador Atílio

Fontana, de que os índices de inflação dados para o preço do atacado são reais, são corretos, quanto à medida exata do processo inflacionário brasileiro. Se os índices são corretos, preferem-se a estes, dentro do processo inflacionário, se os índices do preço do atacado, dados pela Fundação Getúlio Vargas — nos quais S. Ex.^a se baseia para justificar que a inflação está sendo contida e que para argumentar eu aceito...

O Sr. Atílio Fontana — No atacado e no varejo também.

O SR. DESIRÉ GUARANI — ... então o que o Governo dá como índice de reajustamento das obrigações reajustáveis, que são adquiridas pelas grandes entidades financeiras e pelos grandes atacadistas deste País, por aqueles que fazem grande jogo de dinheiro, é um favor moral, pagando aquilo que não é a realidade, pagando muito mais do que deve, apenas para ricos e milionários. Aceito o argumento de V. Ex.^a, nobre Senador Atílio Fontana, mas então V. Ex.^a tem que dizer que as autoridades financeiras estão sendo criminosas para com o povo, dando para os tomadores das obrigações reajustáveis um resgate superior ao real.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, permita-me dizer que Vossa Ex.^a, com a sua inteligência, que todos nós reconhecemos, deve conhecer a fórmula de cálculo de juros bancários. Em regra geral, os juros deviam ser acrescidos de seis em seis meses. Parece-me que é até legal essa operação. Entretanto, há um grande número de bancos que cobram juros antecipados. Isso é uma imoralidade, mas existe, infelizmente. Agora, esses cálculos sobre as Obrigações do Tesouro devem ser feitos de seis em seis meses. No caso, o primeiro ano já tem dois acréscimos: o primeiro e o segundo semestres. No segundo ano, o cálculo é feito cumulativamente entre o capital e os juros já acrescidos. De sorte que, no segundo ano, já não parte de uma taxa de juros sobre 100 mas sobre 120 e tantos. Calculamos os juros semestralmente, quando chega no fim do ano, se a taxa da inflação devia ser 22, no primeiro semestre já o acréscimo é feito. Então no segundo semestre, já não é sobre 100, mas sobre 111, e acrescido sobre 111 outra vez 22, no fim do ano já não seria 122, mas 124, talvez. No ano seguinte, os juros seriam sobre 124 e não mais sobre 100. Consequentemente no terceiro ano o acréscimo é bem maior do que aquele que parece que devia ser: 100 mais 22, por ano, seriam 122. Não vai muito além porque se acrescem juros sobre juros. V. Ex.^a, apresenta de forma muito simples o problema. Mas o fato é que, aquele que emprega dinheiro, seja ele grande capitalista ou de pequenas economias, conta os juros sobre juros também e o banco deve pagar, ou o Tesouro Nacional, no caso. V. Ex.^a apresenta a solução de uma maneira que, me parece, não é aquela usada em parte alguma do mundo.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Veia V. Ex.^a, nobre Senador Atílio Fontana como a matemática é vergosa. Ainda há pouco V. Ex.^a, para justificar a inflação, usou uma fórmula e adotou dois critérios; agora, está acumulando juros, para justificar o preço das obrigações reajustáveis. Mas V. Ex.^a não está atentando para o seguinte: essa taxa de desvalorização para obrigações reajustáveis é a soma dos juros que são pagos. Os juros continuam sendo pagos semestralmente.

O Sr. Atílio Fontana — Os juros não são tão elevados, são de 6%.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Mas esses juros são pagos, inclusive sobre valores atualizados das obrigações. É uma das condições estabelecidas em Lei, a de nº 4.357, aprovada

em maio ou junho de 1964. Então, o argumento de V. Ex.^a — se me perdoe — apenas ratifica o exagero, nos termos do raciocínio de V. Ex.^a, de que esses índices de desvalorização, dados pelo Ministério do Planejamento, não correspondem à realidade do processo inflacionário brasileiro. São exagerados. Então, se são exagerados, o Governo está dando bonesses aos que compram obrigações reajustáveis. Porque, quando a lei disse que elas seriam reajustadas nos termos do processo inflacionário, para que permanecessem sempre no mesmo valor, e V. Ex.^a, diz que esses termos são aqueles dos indicados pelo Ministério do Planejamento...

O Sr. Atílio Fontana — Não vamos dizer que sejam aqueles. São cálculos matemáticos feitos, realmente, sobre uma norma adotada em toda a parte do mundo: capital e juros. Se há inflação, como temos realmente em nosso país, como podemos fazer o cálculo? Se no primeiro ano partimos com 100 e a inflação foi de 60%, no fim do ano teremos 160%, mais os juros.

O SR. DESIRÉ GUARANI — São os juros capitalizados.

O Sr. Atílio Fontana — Mas tem de ser. Não há, em parte nenhuma do mundo, outro critério adotado.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não há nenhuma discordância. Estamos plenamente de acordo.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, gostamos de ouvir a facilidade e o brilho de sua palavra...

O SR. DESIRÉ GUARANI — Muito obrigado.

O Sr. Atílio Fontana — ... nas chegamos à conclusão de V. Ex.^a, estando num partido da oposição apresenta o problema da maneira como vê aquele que está na oposição...

O SR. DESIRÉ GUARANI — Não apresento o problema de maneira diferente da realidade. Estou simplesmente lendo um documento oficial do atual Ministro do Planejamento, Dr. Hélio Beltrão. Não sou eu que apresento esses problemas. Essa é a palavra oficial do Governo a respeito do assunto.

O Sr. Atílio Fontana — Nobre Senador, o problema não me apresenta bem assim, como V. Ex.^a está expondo.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Já escrevi aqui que, de outubro de 1964 a outubro de 1967, o reajustamento das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional corresponde ao índice de 2.738% corresponde ao índice 2.738. Ele diz a seguir em baixo: "Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional emitidas na forma da Lei nº 4.357, de 11 de julho de 1964, valorado NCIS 10.00 no segundo trimestre civil de 1964 — coeficiente único 2.738" — agora valiam NCIS 27.38. Pelo processo de depreciação monetária, dá 173% nestes três anos, ou seja, 60% ao ano. São 173 divididos por 3.

O Sr. Atílio Fontana — Se eu fosse apenas o credor, num caso desses, não me sentiria recompensado pela inflação e juros. Se fizermos o cálculo correto, chegaremos à conclusão de que o Tesouro está pagando mal.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Porque V. Ex.^a, homem prático, sabe que estaria sendo enganado.

O Sr. Atílio Fontana — Feito o cálculo honestamente, parece até que teria de alcançar um pouco mais. A taxa de inflação foi essa: 60% no primeiro ano, 40% no segundo ano, e 20% no terceiro ano. Se tomássemos índice superior, passaria de 300.

O SR. DESIRÉ GUARANI — Agradeco o aparte de V. Ex.^a, que, nos entrelinhas...

O Sr. Atílio Fontana — Mas com toda a sinceridade.

O SR. DESIRE GUARANI — ... nos diz que as Portarias do Ministério do Planejamento e Coordenação-Geral sobre os índices de correção monetária são falhas e estão enganando a população brasileira, obrigando o Tesouro Nacional a pagar pelas Obrigações Reajustáveis preço superior ao real.

O Sr. Aurélio Vianna — Permite-me V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Concedo-o a V. Exa., Senador Aurélio Vianna.

O Sr. Aurélio Vianna — Em primeiro lugar, Senador Desiré Guarani, queremos reconhecer, neste aparte, o grande trabalho que V. Exa. vem prestando à Nação nestes quatro meses. Analista, estudioso, colocando os interesses nacionais acima das paixões, inclusive políticas, no sentido de político-partidárias, V. Exa. não desmereceu da confiança do seu povo. E é com saudade que nós o vemos partir, embora satisfeitos pela volta do titular que V. Exa. substituiu com tanto brilhantismo e com tanta autoridade.

O SR. DESIRE GUARANI — Muito obrigado a V. Exa. pelas referências a ambos.

O Sr. Aurélio Vianna — Nunca ouvimos de V. Exa. uma palavra de má fé, uma palavra de desaponto, de insulto pessoal. Nunca vimos Vossa Excelência preocupado com questões pessoais. Vem honrando o seu Estado e a bancada que representa e, por extensão, o Senado Federal. Vem suscitando debates dos mais interessantes sobre assuntos que vem chamando a atenção e preocupando não somente o povo como os responsáveis pelos destinos deste País. Ora, foi sustentada uma tese, a de que o índice de inflação no Brasil é mínimo. Praticamente, não estamos num regime inflacionário, pelo que foi dito.

O Sr. Atílio Fontana — Não foi isso que afirmamos, nobre Senador. Vinte por cento é taxa de inflação muito alta.

O Sr. Aurélio Vianna — Sobre o custo das utilidades, o que foi dito?

O SR. DESIRE GUARANI — Que o aumento havia sido inferior a 20%, no ano de 1967 até setembro.

O Sr. Aurélio Vianna — E, inclusive, foi dito que diversos gêneros de primeira necessidade sofreram baixa nos seus preços. Ora, se os jornais refletem as observações feitas, então, nos últimos tempos, só a carne de gado *vacum* aumentou sete vezes. É um funcionário me dizia, ontem: "Há dois ou três dias, sofreu aumento de mais trezentos cruzeiros, só em Brasília". O I.C.M. aumentou o pequeno e o médio produtor!

O SR. DESIRE GUARANI — Do Amazonas ao Rio Grande do Sul!

O Sr. Aurélio Vianna — Estive no Rio Grande do Sul e ouvi discurso do Secretário da Agricultura daquele Estado; tão realista, tão profundamente objetivo que, às vezes, nos dava a impressão de que nos encontrávamos num outro país, para não dizer ouvindo um opositorista fazendo críticas ao Governo; clamando, pedindo medidas efetivas para a salvação da economia agropecuária do Rio Grande do Sul. Li ontem ou anteontem que quatrocentos mil pequenos proprietários do Rio Grande do Sul estão à beira da falência, sofrendo os maiores vexames, desamparados. Então, nós apresentamos a V. Exa. vem apresentando, dados concretos, com o desejo de que todos acertemos, porque se porventura nós fôssemos condenar os políticos da

situação do passado, porque não criticavam os erros do Governo que defendiam, então deveríamos condenar os do presente, que estão cometendo a mesma falha.

O SR. DESIRE GUARANI — Exatamente; o argumento de Vossa Excelência vem a calhar.

O Sr. Aurélio Vianna — Ora, é da sistemática democrática isso mesmo; uma oposição criteriosa crítica, construtivamente, aponta erros, apresenta solução, seja ela qual for; não adere, mesmo que o Governo acerte, principalmente num sistema por imposição bipartidário, porque a oposição não deve ser partidária de um sistema de governo de Partido Único, e a adesão transforma o sistema nisso mesmo. V. Exa. mesmo, Senador Atílio Fontana, vem levantando aqui problemas e problemas, propiciando debates, que é da essência da democracia o debate. Então, nobre Senador, V. Exa. vai nos deixar e Deus queira que volte para aqui permanentemente, não no lugar do seu companheiro, mas numa outra eleição...

O SR. DESIRE GUARANI — Muito obrigado.

O Sr. Aurélio Vianna — ... ou que vá para a Câmara dos Deputados, mas que continue trabalhando, onde estiver, para a grandeza do nosso País. Fique certo V. Exa. de que esses meses de convívio fizeram com que a sua presença deixasse um marco na consciência do Senado e as discordâncias fortuitas e malentendidos, as palavras mais ou menos fortes, isso corre por conta da própria essência de uma democracia e dos seres humanos, que às vezes até sem querer nos ferimos e nos ofendemos, às vezes profundamente, devido a malentendidos. Vossa Excelência cumpriu o seu dever, como um legítimo representante do seu povo. Essa é o testemunho que não poderíamos deixar de dar quando V. Exa. apresentou, num discurso objetivo, suas despedidas pela volta do seu companheiro muito querido e que está se recuperando de sua saúde combalida.

O SR. DESIRE GUARANI — Fenhoradamente agradecido às palavras gentis do respeitável Líder Aurélio Vianna.

Sr. Presidente, Srs. Senadores, terminando minhas considerações, desejo deixar consignado o meu agradecimento a todos os funcionários da Casa, em geral, desde o prezado amigo, Dr. Evandro Vianna e o Sr. Herculano Rui, até os modestos contínuos serventes e motoristas; aos funcionários do Serviço de Rádio, tão dedicados em noticiar, pela Rádio do Congresso, as nossas intervenções parlamentares; aos dignos jornalistas sempre tão dedicados em dar publicidade às nossas atividades nesta Casa, por cujo trabalho somos muito gratos e agradecidos, aos eficientes integrantes da Taquigrafia, tão exata no apanhado dos improvisos e apartes, e em especial, aos distintos e afáveis companheiros do MDB, sempre tão pressurosos em prestigiar a nossa ação como muito bem foi demonstrado agora, na palavra do seu Líder, o Senador Aurélio Vianna, especialmente os nobres líderes, Senador Aurélio Vianna e Líder de Mattos, não para evidenciar, mas sim para estimular em nossos trabalhos e permitir o aperfeiçoamento de nossa experiência nesta Casa. E aos ilustres representantes da ARENA, sempre tão agradáveis no convívio, especialmente pelos nobres líderes, Daniel Krieger e Eurico Rezende, que com toda paciência e tão boa vontade apreciaram as nossas "atacadas" amazônicas, entendendo que, ao debater a problemática dessa região, não estamos acusando um governo, mas criticando um sistema, que ne-

cessita amoldar-se a essa situação criada pela geografia e que a técnica ainda não conseguiu vencer.

O Sr. Edmundo Levi — V. Exa. permite um aparte, nobre Senador Desiré Guarani?

O SR. DESIRE GUARANI — Com toda satisfação, Senador Edmundo Levi.

O Sr. Edmundo Levi — O eminente Senador Aurélio Vianna, nosso Líder nesta Casa, já externou o pensamento de bancada, de partido, relacionamento de todos nós, seus companheiros à sua atuação. Enunciando, a mim, como homem da Amazônia e, em particular do Amazonas — como V. Exa. — não me seria lícito deixar de, também, expressar o meu testemunho pela sua atuação efetiva, constante, contínua, em defesa dos interesses não só do Estado mas de toda a Região a que temos a honra de pertencer. De maneira que V. Exa. por um imperativo regimental, afastando-se do nosso convívio, continuará na sua vigilância sobre a grande área da Amazônia, como de maneira geral sobre todos os problemas do Brasil. Possivelmente V. Exa. retornará a esta Casa — se houver oportunidade — nesta legislatura e há de, mais uma vez colaborar com o Senado nos seus altos objetivos de dar ao Brasil instrumentos legais compatíveis com as suas necessidades e em prol do seu desenvolvimento. V. Exa., com a sua atividade, concorreu e concorrerá aí fora, tenho certeza, para o desiderato que todos perseguimos qual seja o do aperfeiçoamento, ou melhor, o da concepção de uma verdadeira Democracia no Brasil.

O SR. DESIRE GUARANI — Muito obrigado.

O Sr. Vasconcelos Tórres — Permite V. Exa. um aparte?

O SR. DESIRE GUARANI — Com toda a satisfação, nobre Senador Vasconcelos Tórres.

O Sr. Vasconcelos Tórres — Como Vice-Líder da ARENA, quero expressar à V. Exa. o testemunho de uma invariável admiração. No seio do seu Partido V. Exa. é querido; naquele que represento V. Exa. sabe que é respeitado.

O SR. DESIRE GUARANI — Muito obrigado.

O Sr. Vasconcelos Tórres — E o é pelas atitudes desassombradas pelo patriotismo inegável, por esta luta incansável que V. Exa. trava, em defesa da Região que representa nesta Casa. É um brado que, estou certo não ecoa, apenas, naqueles rincões da selva. Quero dar testemunho a V. Exa. de como a Amazônia empolga a toda a coletividade nacional e, através das divulgações, que V. Exa. há pouco anunciava, a do jornal, a do rádio, particularmente deste fabuloso Serviço de Rádio Difusão do Senado que possui a melhor equipe de redatores, de jornalistas profissionais de dedicados locutores, de técnicos de som, inclusive de funcionários burocráticos, o nome de V. Exa. é, hoje, divulgado em todos os quadrantes do País e eu, que ando, permanentemente, pelo interior do meu Estado, já tinha ouvido referências, acuradas, à atuação de V. Exa. porque a Amazônia se lhe pertence pelo direito de representação a nós também, pertence, pelo dever que tempo de preservá-la a defendê-la. Neste particular, V. Exa. tem sido um arauto. Eu já o conhecia, mesmo antes do prezado colega ter assento nesta Casa, como um técnico exemplar, como um homem que no Ministério da Fazenda, tratando dos intrincados problemas econômicos e financeiros, sempre teve sua voz ouvida, a sua ponderação acatada.

E' a palavra que a Aliança Renovadora Nacional, por meu intermédio, neste instante, lhe tributa, porque,

V. Exa., se honra o Amazonas, é motivo de orgulho para seus colegas.

O SR. DESIRE GUARANI — Muito obrigado, muito obrigado mesmo, Senador Vasconcelos Tórres, pelas referências de V. Exa., especialmente como líder da ARENA, em nome de nossa agremiação falou.

Terminando, Sr. Presidente, tendo em vista, agora, estas declarações tão cativantes e tão amigas do nobre Senador Vasconcelos Tórres, repito que, quando debatemos aqui a problemática da Amazônia, não estamos acusando o Governo, mas criticando um sistema que necessita amoldar-se em virtude da situação criada pela geografia e que a técnica ainda não conseguiu vencer.

Sr. Presidente, Senhores Senadores, a todos muito obrigado. (Muito bem; muito bem. Palmas)

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — Tem a palavra o nobre Senador Eurico Rezende. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Lírio de Mattos. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Atílio Fontana. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Aurélio Vianna. (Pausa.)

Não está presente.

Tem a palavra o nobre Senador Pedro Ludovico.

O SR. PEDRO LUDOVICO:

Desisto da palavra, Sr. Presidente. (Guido Mondin) — S. Exa. desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Marcello de Alencar.

O SR. MARCELLO DE ALENCAR JR.:

Em face da ausência da liderança do Governo, transfiro meu pronunciamento para amanhã, desde que já ficou inscrito.

O SR. PRESIDENTE:

(Guido Mondin) — O Sr. Senador Marcello de Alencar desiste da palavra.

Tem a palavra o Sr. Senador Antônio Carlos.

O SR. ANTONIO CARLOS:

(Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. Senadores, quero, por alguns instantes, ocupar a atenção da Casa para desfazer o que não sei como denominar — se equívoco ou intriga.

Semana passada, o Sr. Deputado Adhemar Ghisi, da representação tarinense na Câmara dos Deputados, deu-me conhecimento de ofício que recebera da Câmara Municipal de Laguna, tradicional município de seu Estado, datado de 3 de outubro, sobre a minha atuação em relação ao Porto Pesqueiro daquela cidade. O ofício está assim redigido: (Lê)

Tendo em vistas as acerbas declarações em entrevista realizada na Rádio local, pelo Sr. Prefeito Municipal em virtude notícias de que o Exmo. Sr. Senador Antônio Carlos Konder Reis e Sr. Sígnio Bornhausen procuravam impedir terminal Porto Pesqueiro na Cidade de Laguna, Câmara Municipal por proposição do Vereador Wilson José da Silva, solicita V. Exa. esclarecimento tão prolixe assunto, e em que ponto estão os estudos com referência ao Porto Pesqueiro de Laguna.

Certo da atenção de V. Exa. firmamos os nossos protestos de estima e consideração — Venâncio Luiz Vieira, Presidente.

Dias após, recebi, também, data de 3 de outubro, ofício com texto semelhante.

Diz o ofício que me foi dirigido:

"Tendo em vista as acerbas de clarções em entrevista realizada na Rádio local, pelo Sr. Prefeito Municipal, em virtude de notícias de que V. Ex.^a e Sr. Irineu Bornhausen procuravam impedir terminal Porto Pesqueiro nossa Cidade de Laguna, Câmara Municipal de Laguna, por proposição do Vereador Wilson José da Silva, vem solicitar esclarecimentos, sobre tão propagado assunto, e em que ponto estão os estudos com referência ao Porto Pesqueiro em Laguna

Certo da atenção de V. Ex.^a, firmamos os nossos protestos de alta estima e distinta consideração.

Venâncio Luis Vieira, Presidente.

Sr. Presidente, quero, após a leitura desse expediente, repetir o que declarei inicialmente. Não sei se será equívoco ou inígrica o que motivou essa original correspondência da Câmara Municipal de Laguna. Acolho, no entanto, o pedido de esclarecimento, que julgo ter sido dirigido de boa-fé, à minha pessoa e, em rápidas palavras, me proponho a esclarecer o assunto em torno do porto pesqueiro de Laguna. Sem desejar assumir a paternidade da ideia de sua instalação na cidade de Laguna, aproveitando as instalações do seu porto e as condições singulares de sua barra e os vários pedidos e favor de sua construção de modo a estimular a indústria nesse setor de atividade econômica, desenvolver a região e dar à Cidade, ao Município de Laguna, uma base sólida para a sua economia, reivindicando para mim, uma posição de pioneirismo na defesa desta mesma ideia.

Em 1935, quando tive a honra de pleitear os votos livres do eleitorado catarinense, como candidato a Governador do Estado, realizei uma visita à Cidade de Laguna para presenciar a convenção municipal do Partido que lançara a minha candidatura e que, naquela oportunidade, ia escolher o candidato a Prefeito.

A reunião partidária realizou-se no chamei daquela cidade, situado na praça principal, e tive então oportunidade de, dirigindo-me ao povo lagunense, fazer uma exposição dos propósitos e das ideias contidas na minha plataforma de governo. Dei ênfase especial ao problema econômico de Laguna, cidade das mais altas e nobres tradições na vida catarinense e na vida brasileira, que, pela sua localização, pelas grandes dificuldades que apresenta a sua barra, tem enfrentado os maiores obstáculos para desenvolver as suas riquezas e para expandir a sua economia.

Após o término do exame daquelas condições econômicas, sociais e políticas que estão, de fato, travando o progresso da terra lagunense, concluí por propor como solução para o desenvolvimento daquele Município, um esforço conjugado entre o Governo Federal e o Governo do Estado, para que ali se construísse um porto pesqueiro que atendesse ao sul do Brasil.

Demorei-me na exposição dessa minha ideia. Procurei, tanto quanto possível, colar a atenção dos meus ouvintes para esse tema que, não sendo político, julgava eu — e assim o procurei — de mais alta importância para todos quanto trabalham, vivem e lutam na cidade de Laguna.

Mais tarde, tive ocasião de infiltrar-me do ponto de vista do então Ministro da Viação, Sr. Marechal Juarez Távora que, após uma visita à Portunel, em entrevista à imprensa, manifestou, também, a sua adesão à ideia da construção do porto pesqueiro de Laguna e do seu propósito de levar avante a realização de tão importante obra.

Outras vezes, Sr. Presidente, certamente mais autorizadas, mas tão sinceras quanto a minha, tem prognos-

ticado e defendido a construção do porto pesqueiro de Laguna, o que, certamente, não pode nem de longe, invalidar os meus esforços e as minhas boas intenções.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. ANTONIO CARLOS — Ouço o nobre Senador.

O Sr. Vasconcelos Torres — V. Ex.^a vai permitir que eu dê um depoimento. Em Angra dos Reis há um problema mais ou menos semelhante ao de Laguna. De uma feita procurei o Marechal Juarez Távora, que se mostrou emolgoado com a perspectiva de vez que com o reaparelhamento do Porto do Rio de Janeiro, para descarga de minério, aquele ancoradouro iluminense ficou com a sua economia seriamente comprometida. Então ouvi do Marechal Juarez Távora que, realmente, dois portos pesqueiros lhe empolgavam: o de Laguna e o de Angra dos Reis. Na oportunidade — e estou citando o nome do honrado Marechal Juarez Távora, atualmente, para alegria nossa, residindo num dos nossos Municípios — São Pedro da Aldeia — portanto, com grandes responsabilidades — ouvi nada mais nada menos estas palavras: "Quem está lutando também por um porto pesqueiro desse tipo é o meu colega Senador Antônio Carlos." E a pura expressão da verdade e vem em abono das palavras de V. Ex.^a, com o testemunho insuspeito de quem não faz política em Santa Catarina, mas que, se o fizesse um dia, diria ao povo da qualidade do homem público que é V. Ex.^a do seu valor moral, intelectual, da sua grande capacidade de trabalho, que empolgou não só o Senado e a Câmara mas a todo o Brasil, durante os dois dias em que trabalhávamos na elaboração da nova Constituição, de que V. Ex.^a foi o relator-geral. E' um depoimento franco e eu me permitiria dizer que V. Ex.^a está acima dessa intriga, resultado talvez do ciúme, do receio ante o trabalho pelo qual V. Ex.^a, inevitavelmente, tem força popular indiscutível, através da sua atuação e da sua dignidade.

O SR. ANTONIO CARLOS — Sou muito grato ao aparte do nobre Senador Vasconcelos Torres e ao seu valioso testemunho.

As expressões de V. Ex.^a são mais a manifestação da sua generosa amizade para com este modesto colega, representante de Santa Catarina.

Sr. Presidente, posso até dar alguns pontos de vista daquela época que eu em Laguna. Uma ocasião de ir para o povo lagunense carta que recebi da mão do embaixador do Canada, aquela ocasião o Sr. Sérgio Correia da Costa, dizendo-me que a grande nação, através do seu banco oficial, teria condições de oferecer ao Estado de Santa Catarina um financiamento de até 20 milhões de dólares, para o desenvolvimento da indústria pesqueira. Resolvi aquela perspectiva transformá-la para meu estado com a ideia de se construir, em Laguna, um porto pesqueiro, aproveitando as instalações do Governo Federal e melhorando as condições de sua barra; adaptando, enfim, o equipamento portuário do município ao desenvolvimento da indústria pesqueira.

Desse modo, Sr. Presidente, sem deixar fazer qualquer juízo temerário sobre a atitude do prefeito municipal de Laguna que pela estação em que aqui declarou que eu e o Sr. Irineu Bornhausen estávamos impedindo a construção do porto, acredito que sua palavra tenha sido a consequência de um equívoco ou de uma intriga.

Após o Município de Laguna, tenho, na medida das minhas forças, procurado servir com lealdade e todo o esforço, seja ao Hospital de Caridade "Senhor Bom Jesus dos Passos", seja aos asilos de amparo à velhice e à

infância, mantidos pelas excelentíssimas senhoras daquela cidade, seja atendendo aos reclamos do Colégio "Stella Maris" e de outros estabelecimentos de ensino que orgulham a cidade de Laguna.

Desse modo, tenho podido contar, em Laguna, não só com a amizade daqueles que, até data recente, figuravam nos quadros da União Democrática — o meu Partido, como, também, de outros eminentes cidadãos daquela terra e que sempre prontificaram no Partido adversário, o então Partido Social Democrático. Entre essas figuras de projeção, quero citar o grande médico Sr. Paulo Carneiro Prefeito de Laguna por duas vezes, sob a legenda do Partido Social Democrático, e que me honra sobremaneira com a sua amizade.

Deve, pois, ter havido equívoco ou intriga. Equívoco resultante, talvez, do fato de, tendo eu nascido na cidade de Itajaí, que também é um porto e cuja população, em grande parte, igualmente se dedica à pesca, possa esse fato e essa circunstância ter a alguém parecido que eu desajasse levar o porto pesqueiro para Itajaí e não defender a sua localização em Laguna. Intriga resultante, talvez, de algum ato meu que tenha contrariado aquela ilustre autoridade municipal.

Certo porém estou que, de um ou de outro modo, a minha palavra negando, desmentindo que por ação ou omissão tenha algum dia procurado impedir a construção do porto pesqueiro de Laguna, quero afirmar não só o meu interesse na realização dessa obra como, acima de tudo, o meu entusiasmo pela sua pronta e breve conclusão.

Com essas palavras Sr. Presidente, atendo à convocação da Câmara Municipal de Laguna. (Muito bem. Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Leão) — Com a palavra o nobre Senador Moura Palha. (Pausa.)

Não está presente.

Com a palavra o nobre Senador Vasconcelos Torres.

O SR. VASCONCELOS TORRES:

(Sem revisão do orador) — Senhor Presidente, Srs. Senadores, no último sábado a cidade de Campos, importante centro econômico fluminense, inaugurou a sua Faculdade de Medicina e o fez com o entusiasmo da população, que acorreu ao local, do novo estabelecimento de ensino superior para manifestar o seu apoio.

Prestigiu essa solenidade, com sua presença, o Sr. Ministro da Educação, Tarso Dutra que levou consigo funcionários mais graduados do seu Ministério, entre eles o Professor Político de Campos, Diretor do Ensino Superior da MEC.

Essa Faculdade atende não apenas aos excedentes do Estado do Rio, mas também da Guanabara, do Paraná e de Mato Grosso.

Jovens de diferentes pontos deste País já estão na terra acolhida cursando o primeiro ano da nossa Faculdade de Medicina.

Queria deixar registrado que este movimento teve um impressionante apoio da comunidade. Há fatos extraordinários, que merecem ser assinalados. Comerciantes, Industriais fizeram doações de volta. O mármore, por exemplo, para o Instituto Anatómico foi fornecido pelo dono de uma casa comercial, que teve a despesa verdadeira fortuna para que Campos pudesse ter como já tem agora, um dos melhores institutos anatómicos deste País.

Mais impressionante, entretanto, é que operários deram horas extras de trabalho. Na inauguração, entre as pessoas que receberam o diploma de benemérito — isto é extraordinário e me comoveu profundamente — estava

um operário que, mesmo fora das horas convencionais, trabalhava, com prejuízo da sua própria saúde, mas orgulhoso, como um co-estaduano que compreendia bem a natureza desse problema, de dar tudo de si para que a Faculdade pudesse ser inaugurada a seu tempo.

Esta é uma notícia que eu queria trazer ao Senado, ressaltando, também, o trabalho do Dr. Geraldo Venâncio da Silva, Sr. Presidente da Fundação Benedito Pereira Nunes do Dr. Cardoso de Melo dos outros médicos, de todos enfim, dos doctores e serviços que deram a esse empreendimento uma inestimável colaboração. Sr. Presidente, tratando de um nome da Faculdade de Medicina, queria ressaltar que atiradores este município por via aérea, e me lembro da presença na tribuna para tratar de um assunto que diz respeito também a Campos. — o campo de aviação.

Alternativa valiosa na rota do Rio de Janeiro para o Norte, e mesmo na internacional, dispondo de um aeroporto de primeira categoria, ele, Sr. Presidente, não está sendo utilizado pelas nossas companhias de aviação.

A demanda de passageiros em Campos, justificava, perfeitamente que uma dessas empresas, que recebem colpidas subvenções para o objetivo da integração nacional, fizesse pouso em Campos pelo menos uma das suas aeronaves, ainda que fosse para uma escala do Rio de Janeiro ao Espírito Santo, já que o aeroporto dispõe de todos os requisitos indispensáveis à segurança do voo, como estação de rádio-farol, balizamento e uma área para estadia de passageiros recentemente construída, que se encontra em plena utilização.

Essa campanha empolga a todos os fluminenses de Campos. Daqui formulo um vemente apelo ao Excmo. Sr. Ministro da Aeronáutica para que atenda aos reclamos de quantos necessitam, com urgência, de se utilizar do avião para seus negócios, para motivos vários, de vez que Campos é um centro produtor de importância imensa, não apenas para o Estado do Rio mas para o Brasil.

Sr. Presidente, V. Ex.^a vai permitir que eu, aproveitando-me do ensejo, trate de um terceiro assunto, embora rapidamente. Queria chamar atenção para a sombria perspectiva que recai sobre a chamada Aldeia de Arcozelo, obra cultural sonhada e realizada pelo grande escritor e diplomata pátrio Paschoal Carlos Magno. Ali (um comparado jovens de todos os ramos do País a cursos, e espetáculos teatrais, conferências e concertos. Paschoal Carlos Magno jogou tudo o que tinha para que a sua Aldeia pudesse se transformar num campo ameno de repouso para atividades intelectuais de nossos pátrios. Tendo recebido promessas de auxílio, não pôde concretizar nenhuma dessas atividades, e agora há esta triste notícia de que a Aldeia está prestes a cerrar as suas portas, o que colocará de luto a juventude fluminense e também a juventude brasileira.

Queria que estas minhas palavras pudessem chegar até o honrado Ministro da Educação, a quem faço apelo neste instante para que não deixe a Aldeia a correr e prestigie essa meritória obra do grande escritor brasileiro Paschoal Carlos Magno.

O Sr. Aarão Steinbruch — Permite V. Ex. um aparte? (Assentimento do orador) — V. Ex.^a está interpretando o pensamento de todo o povo fluminense. Não é possível que, após os ingentes esforços realizados pelo Embaixador Paschoal Carlos Magno no sentido de dotar a Aldeia no Estado do Rio, o empreendimento mais salutar que conheço na vida cultural do país, esteja ele prestes a desaparecer, por falta de recur-

sos. E devo salientar que os recursos são de pequena monta, relativamente, em face do que representa a iniciativa. Daí por que V. Ex.^a tem toda a razão de abordar este assunto da tribuna. Segundo o apelo que faz ao Sr. Ministro da Educação no sentido de dar solução urgente ao assunto, de vez que não é possível que desapareça essa obra do dinâmico patriota Paschoal Carlos Magno.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito obrigado a V. Ex.^a.

O Sr. Fernando Corrêa — V. Excelência permite um aparte? (*Assentimento do orador*) — Sr. Senador, conheço pessoalmente a magnífica obra de Paschoal Carlos Magno, na sua Aldeia. Conheço, desde há muitos anos, a sua obra em prol da cultura da mocidade brasileira. Sei das suas longas caminhadas pelo nosso vasto território, levando incentivo e cultura aos jovens da nossa pátria. Se das grandes dificuldades para manter os jovens da nossa pátria. Sei das dificuldades pessoais monetárias. Mas do que isto, sei de como ele tem deixado os interesses pessoais da sua carreira de diplomata para dedicar-se, quase que exclusivamente, dando toda a sua inteligência, toda a sua cultura, toda a sua obstinação, à mocidade brasileira.

O SR. VASCONCELOS TORRES — O aparte de V. Ex.^a é oportuno. V. Ex.^a conhece, como de resto todo o Senado e todo o Brasil, o que tem sido o roteiro de sacrifício para a perseguição de um ideal de cultura que tem marcado a vida de Paschoal Carlos Magno. V. Ex.^a aludiu a dificuldades financeiras. É verdade, meu Senador. Paschoal vendeu duas residências para manter a Aldeia, num investimento que não lhe daria lucro de qualquer espécie, porque o que investiu na Aldeia foi colocado em nome da Fundação Pinheiro Neto. Vendeu quadros, uma impressionante coleção de móveis antigos. O seu dinheiro de diplomata era todo empregado nesse empreendimento, fazendo com que aqueles que descrevem de idealismo no Brasil, tomando conhecimento de seu exemplo, se empolguem e admirem. E mais que admirem, apelem como, neste instante, todos nós estamos fazendo, para que não desapareça um empreendimento dessa natureza, que goza de um conceito internacional, como sei que o Sr. Senador Fernando Corrêa tem conhecimento. Há reportagens em todo mundo, nos Estados Unidos, na Alemanha e em países vários, que consideram pioneira e arrojada a obra desse notável patriota. Paschoal montou, inclusive, uma escola primária e ministra cursos os mais variados. Faz lançamentos, lançamentos musicais, peças de teatro encenadas por jovens estudantes da nossa terra. Como é que a Aldeia pode ficar sem o amparo oficial, já que o dinheiro, às vezes, é dado para fins que nem sempre se coadunam com obras desse teor, que marcam a grandeza de um grande construtor de ideais?

Sr. Presidente, em se tratando de problemas educacionais em geral, da Faculdade de Medicina de Campos e da Aldeia, quero formular um novo apelo ao Ministro da Educação para um outro assunto grave — o desinteresse que está havendo, no País, pelo concurso às cátedras das nossas Faculdades Superiores.

Cito o exemplo da Faculdade Fluminense de Medicina Veterinária de nossa Universidade onde, há um ano, está aberto concurso e ninguém ainda se inscreveu. O motivo, entre outros, sem dúvida, é o da remuneração aviltante que um catedrático brasileiro recebe hoje, numa Faculdade superior, em todo o Brasil, as Faculdades estão pagando menos de seiscentos

Medicina, de Direito, de Engenharia ou de Química.

Sr. Presidente, sabemos que um professor, embora possa exercer outras atividades, tem que se aperfeiçoar cada vez mais, num país onde o livro é praticamente inacessível à bolsa de um catedrático, de um estudante.

Tratando desses temas educacionais, neste fim de sessão, que praticamente é dedicado ao meu prezado e digno amigo, Ministro Tarso Lútra, peço a S. Ex.^a diligência no sentido de mandar proceder a estudos sobre esses níveis baixíssimos de remuneração do magistério superior do nosso país. Do contrário, iremos recorrer o que há de pior para as nossas faculdades. Teremos o espetáculo de Brasília, onde a Faculdade de Arquitetura teve de ser fechada pelo Reitor, em virtude da péssima qualidade do magistério. Os estudantes rebelaram-se contra esses picaretas — e digo picaretas porque foi justamente a palavra que constou do Memorial que os jovens universitários de arquitetura enviaram ao Reitor da Universidade de Brasília.

O resultado é este: um arquiteto não pode ganhar o que se paga na Universidade de Brasília ou nas Universidades da Guanabara, Estado do Rio, Minas, São Paulo ou de qualquer Estado da Federação, onde exista uma universidade federal.

Esse quadro é por demais desolador. Que estas minhas palavras constituam uma advertência, porque, dentro em breve, veremos assistentes, improvisados em professor, sem a cobertura cultural indispensável para ministrar ensinamentos à nossa juventude. Nós não podemos ficar indiferentes diante desta situação porque a universidade, na nossa terra, tem sido fator de desenvolvimento.

Lanço esse brado de alerta ao digno Ministro da Educação, ao próprio Presidente da República, Marechal da Educação, que resolveu o problema dos excedentes. E quando se resolve o problema dos excedentes, chegamos à conclusão da escassez terrível de professores universitários neste país e uma das razões apontadas é justamente a baixa remuneração que não estimula a quem quer que seja a fazer concurso para uma cátedra.

O Sr. Nogueira da Gama — Permite V. Ex.^a um aparte? (*Assentimento do orador*) — V. Ex.^a torna-se merecedor de nossos aplausos pela atitude que acaba de assumir pondo em relevo, com o brilho de sua palavra e de sua autoridade, o problema magno para o nosso país, que é o da remuneração dos nossos professores. Diz V. Ex.^a que as universidades e as escolas superiores estão ficando abandonadas de mestres. Que a remuneração que se lhes atribui é ínfima, pequenina em face das exigências da vida atual. V. Ex.^a pode ainda incluir em seu discurso, e certamente o fará, que o mais lamentável não é apenas o pequeno valor que se dá à remuneração dos professores, mas o fato de que os governos, nem ao menos, pagam em dia a esses mestres que ensinam os nossos jovens. O que se lê nos jornais é que, em quase todos os Estados do Brasil, o professorado está em atraso no recebimento de seus parcos proventos. Isso ocorre no meu Estado, no Estado de V. Ex.^a e pelo Brasil todo. No momento em que o governo se empenha em por em execução, de maneira dinâmica, o programa de desenvolvimento econômico do país, que seja ele alertado para esse aspecto educacional que V. Ex.^a está abordando. Nenhuma nação se desenvolve, nenhuma nação caminha pela estrada do progresso e da civilização se deixar desassistidos os problemas de ordem educacional e cultural. Felicito V. Ex.^a pela atuação que acaba de assumir que, aliás, é

a tradição de V. Ex.^a nesta Casa do Congresso Nacional.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Muito grato, nobre Senador.

O Sr. Atílio Fontana — V. Ex.^a permite um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pois não.

O Sr. Atílio Fontana — O problema levantado pelo nobre Senador, realmente, merece ser debatido e mesmo tomadas providências para sua melhor solução. O vencimento de um professor universitário na base de NCv 600,00, é por todos nós reconhecido insuficiente. Mas, como encontrar a solução? Como melhorar a remuneração do professor? Devemos procurar uma fórmula que melhor atenda à situação dos professores das nossas Universidades. Todos nós, porém, sabemos das dificuldades do Tesouro Nacional para fazer face a esse encargo. Parece-nos que devia ser examinado o que se passa, por exemplo, em países adiantados, como os Estados Unidos. Visitei esse país, em 1965, e observei que a maior parte das universidades é de âmbito particular. No Estado de Oklahoma, das oito universidades ali existentes, apenas uma é mantida pelos cofres públicos. No Brasil, há um certo desequilíbrio de orientação neste ponto. Não raro, o curso de nível médio é mantido, em grande parte, por particulares, e, conseqüentemente, o aluno que ingressa num desses estabelecimentos tem de pagar a correspondente mensalidade para a cobertura das despesas. Já o curso universitário, em geral é mantido pelo Governo Federal e muitos daqueles que chegam a uma Faculdade são filhos de capitalistas, de pessoas de posse. O Governo devia, a nosso ver, fazer o seguinte: apenas os filhos de famílias modestas, sem recursos para se manter na Universidade, poderiam estudar gratuitamente. Assim, aliviaríamos os encargos do Governo e, conseqüentemente, pagar-se-ia melhor os professores de curso universitário, podendo ser feita melhor seleção e mais aproveitamento do aluno. Não há possibilidade de desenvolver um país sem cuidar da Educação, do Ensino, da Cultura do seu povo. Estamos de pleno acordo, porém não podemos pensar que o Governo tem de resolver tudo. O problema deve ser equacionado de maneira que o Governo possa fazer face aos encargos, mas não favorecendo aqueles que não têm necessidade. Este o ponto, parece-nos que deveria ser examinado por quem de direito, para que possamos ver nossos professores universitários mais bem remunerados com melhor aproveitamento dos alunos.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Recebo o aparte de V. Ex.^a, Senador, mas, evidentemente, com ele não posso concordar, pelo tem simplista que V. Ex.^a empresta à sua intervenção.

Esse problema de cultura e de universidade, no Brasil, não pode ser olhado sob um ângulo estreito como o meu eminente colega acabou de fazer. Chega a ser chocante a citação de Oklahoma, como exemplo para o Brasil. Os países em desenvolvimento podem dar-se ao luxo de ter esses estabelecimentos particulares. Os subdesenvolvidos, porém, têm que ter justamente no Governo amparo para que venham a desenvolver-se através da universidade, que é cultura e pesquisa, ilustre Senador.

O argumento de V. Ex.^a, a respeito das universidades federais e privadas, não colhe, porque, também nas universidades privadas, há como que uma comparação de ordem salarial com os catedráticos do ensino superior, subordinados ao Estado.

Este é um debate muito sedutor. V. Ex.^a conhece muito economia, o

que respeito. Conhece muito finanças, o que acato. Mas convindo Vossa Excelência a aprofundar-se nesse problemas universitários brasileiros para estender a mão ao seu modesto colega a fim de que não se veja um desnível salarial mais chocante das funções de serventes serem melhor remuneradas que as do professor universitário.

O Sr. Atílio Fontana — Não estamos contra as reivindicações do professor...

O SR. VASCONCELOS TORRES — V. Ex.^a sabe, também, que todos nós defendemos a iniciativa privada mas não se pode, em nome da iniciativa privada, sufocar os anseios de uma mocidade que precisa estudar só pode fazê-lo tendo bons mestres. Do contrário, haverá desestímulo. Estamos dentro de uma realidade insofismável. Ai estão as Faculdades federais que não podem ser fechadas. Pelo contrário, devem ser amparadas.

O Sr. Atílio Fontana — V. Ex.^a está interpretando mal o meu pensamento. Talvez eu não fosse tão claro. Entendo que devemos melhorar os vencimentos dos professores a qualidade do ensino, mas isto não quer dizer que o Governo deva enfrentar todas as despesas. Por que aluno de família abastada não deve pagar mensalidades?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Quem disse a V. Ex.^a que não paga? Só não paga anuidade quer acrescentar um atestado de pobreza, na respectiva Reitoria. Paga-se um anuidade razoável, que poderia perfeitamente servir para melhor remunerar os catedráticos do Brasil.

Este é um assunto que não pode ser tratado assim rapidamente mas, eu me senti empolgado por ele, pois, na minha vida de parlamentar tenho lido pela escola. Devo dizer que breve V. Ex.^a me verá novamente na tribuna e terei o prazer de convocá-lo ao debate, esperançoso de que o nobre colega esclareça bem seu pensamento, para que amanhã a juventude catarinense, à semelhança da que ocorreu com o Senador Antônio Carlos, lendo o aparte de V. Ex.^a, não faça mau juízo dos conhecimentos do eminente colega sobre o problema: universitários no País.

O Sr. Marcello de Alencar — Permite V. Ex.^a um aparte?

O SR. VASCONCELOS TORRES — Pois não.

O Sr. Marcello de Alencar — Vossa Excelência, de certo modo, já respondeu, com os argumentos que eu produzi, para lembrar ao Sr. Senador Atílio Fontana que a tese que S. Ex.^a preconiza já está em vigor.

O Sr. Atílio Fontana — Parece-me que só no curso médio.

O Sr. Marcello de Alencar — No universitário, também. Hoje os universitários pagam sua anuidade. De certo modo, dentro da tese sustentada por V. Ex.^a, que é a de transformar nossas universidades em fundações, so na favor de que nós, brasileiros, procuremos recolher os exemplos de outros países, que nossas vidas devam ser constantes, para afeirar e aferir resultados da experiência alheia, sem, entretanto, fugir à nossa realidade. O exemplo dos Estados Unidos, em matéria de universidades, não pode ser equiparado à nossa realidade. O mal nosso é, exatamente, querer transplantar para o Brasil a mentalidade, a realidade de outro país. Essa privatização da universidade é impossível em nosso País. Nós, que também defendemos, moderadamente, a iniciativa privada, não podemos aceitar, de forma alguma, a privatização da universidade. Em primeiro lugar porque, ainda, nossa iniciativa privada é incipiente, é pobre.

Veja V. Ex.^a que o nosso empresário, nosso investidor particular recorre e reclama sempre do Governo, desde o capital de investimento, que quer financiado, ao capital de giro, enfim, todas as benesses que o Governo pode oferecer. Não temos capacidade para resolver com o capital privado, dentro da realidade brasileira, o problema da universidade. Mas não quero prolongar meu aparte, porque é um assunto que me empolga e foi objeto do meu primeiro pronunciamento nesta Casa. Oportunamente, teremos o debate com o nobre Senador Atílio Fontana, sempre muito vigilante na defesa de suas teses.

O SR. VASCONCELOS TORRES — Agradeço honrado a intervenção de V. Ex.^a.

Realmente, Senador Atílio Fontana, eu sei que V. Ex.^a tem, assim, um esquema de vida política traçado, mas é suscetível de examinar as ponderações dos seus colegas. E neste particular nós não podemos realmente admitir uma privatização exagerada das nossas universidades. É um ônus que tivemos de suportar quando instalamos a indústria pesada no País. Não seria possível Volta Redonda sem o apoio do Governo; não seria possível a Companhia Nacional de Alcalis sem que o Estado estivesse presente para subscrever as suas ações; a Fábrica Nacional de Motores e outros empreendimentos. E o mesmo diria ao nobre colega, a quem tanto estimo e admiro; não é possível Universidade, neste País, sem o estímulo, sem a colaboração e até sem o controle, evidentemente financeiro, do Governo.

Sr. Presidente, já estou encerrando esse assunto, que tem várias correlações que, a seu tempo, examinarei. Não queria, entretanto, deixar a tribuna, depois de ter abordado diferentes temas, sem consignar uma palavra de saudade àquele que hoje, quando entrei neste plenário, me fez uma falta imensa.

Estava eu fora do País, quando o funcionário-padrão do Senado e do Brasil, Isaac Brown, faleceu, na sua própria trincheira de trabalho, segundo eu soube, em meio àqueles documentos e papéis que constituam uma espécie de segunda vida para ele.

Sr. Presidente, subi até a Mesa e quando cumprimentei a sua dedicada auxiliar, Dona Sarah, não sei como pude articular as palavras.

Os exemplos que este cidadão legou constituem verdadeiros fanais, caminhos a serem seguidos, porquanto deve tudo de si sem cuidar de si, a própria vida sendo sacrificada, como Isaac Brown, com o nosso testemunho, várias vezes o fez.

Devo-lhe uma gratidão imensa, devo-lhe favores sem conta, e por isto não podia deixar, ao encerrar estas minhas considerações no dia de hoje, de dizer que meu coração está triste.

A sua falta será sentida sempre, o seu exemplo há de ser imitado permanentemente.

Essa morte, Sr. Presidente, chocou profundamente a mim, que ouvi muitos de seus conselhos, da sua orientação, da sua palavra amiga.

Esta é homenagem que quero prestar, daqui desta tribuna, a este inesquecível amigo, glória do Senado e honra do funcionalismo do Legislativo brasileiro.

Era o que tinha a dizer. (Muito bem.)

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Não há mais oradores inscritos.

Não há mais havendo a tratar, vou encerrar a sessão, convocando os Srs. Senadores para outra extraordinária

às 18 horas e 30 minutos com a seguinte

ORDEM DO DIA

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 105, DE 1937

(Orçamento — Ministério da Indústria e Comércio)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara n.º 105, de 1937 (n.º 330-B-67 na Casa de origem) que esuma a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1938, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.03 (Ministério da Indústria e Comércio), tendo Parecer, sob n.º 763, de 1937, da Comissão — de Finanças, favorável ao Subanexo 5.08 e contrário à emenda apresentada.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Marinha)

Discussão em turno único do Projeto de Lei da Câmara n.º 105 de 1937 (n.º 560-B-67 na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1938, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.11 (Ministério da Marinha), tendo Parecer Favorável, sob n.º 6.2, de 1937, da Comissão de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Edmundo Levi) — Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 18 horas e 10 minutos.)

ATA DA 163.ª SESSÃO, EM 18 DE OUTUBRO DE 1967

1.ª Sessão Legislativa Ordinária, da 6.ª Legislatura (Extraordinária)

PRESIDÊNCIA DO SR.: MOURA ANDRADE

As 18 horas e 30 minutos acham-se presentes os Srs. Senadores:

Adalberto Sena
José Guionara
Oscar Pasos
Flavio Brito
Edmundo Levi
Desiré Guarani
Milton Trindade
Cattete Pinheiro
Moura Palma
Clodomir Millet
Sebastião Archer
Victorino Freire
Petrônio Portela
Menezes Pimentel
Paulo Carasae
Wilson Gonçalves
Duarte Filho
Dinarte Mariz
Ruy Carneiro
Argemiro de Figueiredo
Domício Gondim
João Cleofas
Teotônio Vilela
Rui Palmeira
Aloysio de Carvalho
Antônio Balbino
Carlos Lindenberg
Josaphat Marinho
Eurico Rezende
Raul Guberti
Paulo Torres
Aarão Steinbruch
Vasconcelos Torres
Marcello de Alencar
Aurélio Vianna
Gilberto Marinho
Milton Campos
Benedicto Valladares
Nogueira da Gama
Carvalho Pinto
Lino de Mattos
Moura Andrade

José Feliciano
Pedro Ludovico
Fernando Corrêa
Filinto Müller
Bezerra Neto
Ney Braga
Adolpho Franco
Mello E. Aguiar
Celso Ramos
Antônio Carlos
Atílio Fontana
Guido Mondim
Daniel Krieger

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A lista de presença acusa o comparecimento de 55 Srs. Senadores. Havendo número regimental declarado aberta a sessão. Valer lida a a.a.

O Sr. 2.º Secretário procede à leitura da ata da sessão anterior, que é sem debates aprovada.

O Sr. 1.º Secretário lê o seguinte

EXPEDIENTE

RESPOSTAS A REQUERIMENTOS DE INFORMAÇÕES:

1 — Do Ministro da Viação e Obras Públicas (Aviso de 17 do mês em curso):

N.º 746-GM-37 — com referência ao Requerimento n.º 148-37, do Senhor Senador Vasconcelos Torres e

2 — Do Ministro das Minas e Energia (Aviso de 17 de mês em curso):

N.º 709-67 — com referência ao Requerimento n.º 320-67, do Sr. Senador Adalberto Sena.

OFÍCIO DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL:

N.º 827-CP, de 16 do mês em curso — Sugerindo emendas ao Projeto de Lei da Câmara n.º 107, de 1937 (número 202-D-67, na Casa de origem). O ofício será anexado ao projeto citado.

OFÍCIOS

Do Sr. 1.º Secretário da Câmara dos Deputados, submetendo à revisão do Senado, autógrafos dos seguintes projetos:

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO N.º 48, DE 1967

(N.º 18-B-67, NA CÂMARA)

Aprova a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 14 de dezembro de 1960.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º E' aprovada a Convenção Relativa à Luta Contra a Discriminação no Campo do Ensino, adotada pela Conferência Geral da UNESCO, em Paris, a 14 de dezembro de 1960.

Art. 2.º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Constituição e Justiça e de Relações Exteriores.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N.º 118, DE 1967

(N.º 528-B-67, NA CÂMARA)

Autoriza a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — a alienar lotes rurais de sua propriedade no Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1.º Fica a Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — órgão vinculado à

Secretaria de Viação e Obras do Distrito Federal, autorizada a alienar os Lotes Rurais Agrícolas e os Lotes Rurais de Exploração Industrial de sua propriedade a pessoas físicas ou jurídicas de direito privado asseguradas na venda os direitos dos legítimos ocupantes.

Art. 2.º Nenhuma pessoa física ou jurídica, por si ou por outrem, poderá adquirir mais de um lote rural da Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — admitida apenas ao exceção, a aquisição de até dois lotes rurais, com a autorização do Prefeito do Distrito Federal.

Parágrafo único. A exceção será feita somente para possibilitar a realização de empreendimentos de maior vulto ou que exijam maiores áreas para a sua implantação.

Art. 3.º As condições de venda e os preços dos lotes rurais a serem alienados, bem como os novos planos de loteamento, serão submetidos pela Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil — NOVACAP — à aprovação do Prefeito do Distrito Federal.

Art. 4.º Tornar-se-ão indivisíveis os lotes rurais alienados por força desta lei e somente poderão ser explorados de acordo com as finalidades constantes do contrato.

Art. 5.º A presente lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6.º Revogam-se as disposições em contrário.

As Comissões de Finanças do Executivo e de Finanças.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Sobre a mesa projeto de resolução que será lido pelo Sr. 1.º Secretário.

E' lido o seguinte

PROJETO DE RESOLUÇÃO N.º 82, DE 1967

Nomeia Herculano Ruy Vaz Carneiro, Vice-Diretor-Geral Legislativo, símbolo PL-0, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Geral da Presidência, símbolo PL.

O Senado Federal resolve:

Artigo único. E' nomeado, nos termos do art. 85, alínea C, n.º 2, do Regimento Interno (Resolução n.º 2, de 1959, alterada pela Resolução n.º 3, de 1963), combinado com o artigo 75, item II, da Resolução número 6, de 1960, para o cargo isolado, de provimento em comissão, de Secretário Geral da Presidência, símbolo PL, do Quadro da Secretaria do Senado Federal, o Vice-Diretor-Geral Legislativo, PL-0, Herculano Ruy Vaz Carneiro.

Justificação

Trata-se de prover cargo vago, segundo a preceituação do Regimento Interno e do Regulamento da Secretaria.

O provimento será em comissão, conforme determina a legislação específica.

A escolha, para a alta investidura no cargo de Secretário Geral da Presidência, recaí sobre funcionário de comprovadas virtudes morais e intelectuais, possuidor, ainda, de alta folha de serviços, seja no Senado, onde galga as posições hierárquicas superiores de Assessor Legislativo, Diretor da Assessoria Legislativa e Vice-Diretor-Geral Legislativo, sendo também, no serviço público do Poder Executivo Federal, onde se destacou na execução de várias tarefas de importância e responsabilidade.

O funcionário Herculano Ruy Vaz Carneiro, preenche, assim, as condi-

ções do art. 75, item II, da Resolução nº 6, de 1960.

Sala das Sessões, em 18 de outubro de 1967. — **Auro Moura Andrade**, Presidente. — **Camillo Nogueira da Gama**. — **Gilberto Marinho**. — **Vicentino Freire**. — **Edmundo Levi**. — **Guido Mondim**.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — O projeto lido será publicado e entrará em Ordem do Dia, oportunamente.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — No expediente constou a leitura de Ofício da Ordem dos Advogados do Brasil, sobre Projeto de Lei da Câmara nº 7, de 1967.

Será anexado ao projeto, e a matéria irá à Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência comunica haver recebido Requerimentos de Informação, dos Srs. Senadores:

— **Lino de Mattos** ao Sr. Ministro da Indústria e Comércio.

— **Teotônio Vilela**, ao Sr. Ministro da Justiça.

Os Requerimentos serão, após despacho, publicados no *Diário do Congresso Nacional*.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — A Presidência deferiu, hoje, requerimento de informações do Senador Rui Palmeira ao Sr. Ministro dos Transportes.

É o seguinte o requerimento deferido:

REQUERIMENTO Nº 883, de 1967

Requeiro, nos termos do Regimento Interno da Casa sejam solicitadas ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem, por intermédio do Ministério dos Transportes, as seguintes informações:

1 — Quantos servidores estão no exercício da profissão de Polícia Rodoviária, na Patrulha Rodoviária Federal, subordinada ao D.N.E.R., no Brasil;

2 — Discriminar por Estado da Federação;

3 — Quantos veículos de passageiros e cargas têm registrados no Brasil, e qual a base calculada, ou verificada, daqueles que trafegam pelas rodovias brasileiras;

4 — Discriminar por Estado e de Estado para Estado da Federação;

5 — A Patrulha Rodoviária Federal, está equipada com viaturas para atender no país, os serviços de policiamento, fiscalização e controle dos veículos que trafegam pelas estradas de rodagem federal?

6 — Quais as guardas, — (Pólo Policial Rodoviário), nas diversas estradas de rodagem do país, estão em pleno funcionamento e equipadas para atender os serviços de policiamento, fiscalização e controle dos veículos que trafegam pelas rodovias federais;

7 — Se nos citados postos da Polícia Rodoviária Federal há conforto para o desempenho do trabalho executado pelos Policiais Rodoviários e se há medicamentos para curativos de emergência e atendimento rápido e uma qualquer emergência;

8 — Se o servitor, Polícia Rodoviária Federal, tem autorização especial para portar armas quando no desempenho das funções;

9 — No caso negativo, se houve providências para assegurar ao Polícia Rodoviária Federal, que exerce a profissão nas estradas de rodagem, a maioria deserta, e uso de revólver para sua defesa pessoal;

um Polícia Rodoviária Federal, no exercício da profissão nas estradas de Viação que fazem os diversos trajetos exercido da profissão nas estradas de rodagem do Brasil e em particular no Estado de Alagoas;

11 — Se é a Polícia Rodoviária Federal, ou as Companhias de Auto-Viação que fazem os diversos trajetos pelas rodovias brasileiras, que determina a parada obrigatória de descanso dos passageiros e motoristas dos veículos que trafegam pelas estradas de rodagem do país;

12 — Se nessas paradas obrigatórias há fiscalização dos veículos e se as condições de higiene nos bares e restaurantes dessas mesmas paradas obrigatórias, são fiscalizadas pelo D.N.E.R.;

13 — No caso negativo, se o D.N.E.R., já tomou alguma providência nesse sentido e principalmente no que toca aos preços de sanduíches e refrigerantes que são cobrados aos passageiros em trânsito, nessas paradas obrigatórias;

14 — Quais os acidentes verificadas no mês de setembro e até a presente data do mês de outubro na rodovia Rio-Brasília, e quais os motivos que ocasionaram os desastres;

15 — Após, os dois últimos desastres na Rio-Brasília, em quantos minutos ou horas a Polícia Rodoviária chegou ao local, e se a viatura dessa mesma Polícia Rodoviária estava equipada com medicamentos para socorro urgente de pequenos ferimentos e para o transporte de casos graves ao primeiro posto de saúde;

16 — Se há placas de sinalização em todas estradas de rodagem; se estão em perfeito estado de conservação e qual a providência tomada pelo D.N.E.R., para substituir as que estão pintadas e furadas por balas de revólver;

17 — Qual a verba designada no Orçamento da União, para 1968 no que se refere a:

a) Patrulha Rodoviária Federal — Gesscal;

b) Aquisição de viaturas;

c) Aquisição de instrumentos necessários ao policiamento, fiscalização e controle dos veículos;

d) Placas de sinalização;

e) Construção de guardas para o Polícia Rodoviário;

18 — Se o D.N.E.R., está fazendo algum estudo sobre a atual situação dos Policiais Rodoviários, da Patrulha Rodoviária Federal, no que se refere a:

a) Uso de armas no desempenho da função;

b) Risco de Vida;

c) Melhoria de vencimentos;

d) Alimentação para aqueles que exercem a profissão nas estradas de rodagem;

e) Equipamento com instrumento técnico de rádio e transmissão;

f) Viaturas;

g) Placas de sinalização.

19 — Quantos quilômetros tem, do Rio de Janeiro — GB até Porto Real de Colégio — AL; quantos quilômetros tem a BR 101, dentro do Estado de Alagoas e qual o trecho que falta terminar;

20 — Se está marcada a data da inauguração pelo Ministro Mario Andreazza, da BR-101.

Sala das Sessões do Senado Federal Brasília 18 de outubro de 1967. — **Rui Palmeira**.

Justificação

O presente Requerimento contém vinte itens e foi elaborado atendendo as diversas reclamações recebidas e informações sobre o que está se passando nas estradas de rodagem federal no que se refere ao policiamento, fiscalização e controle dos veículos que trafegam pelas rodovias brasileiras.

Nos itens 1, 2, 3 e 4 — há uma correspondência entre o enorme número de veículos que trafegam pelas rodovias nacionais em relação ao pequeno número de Policiais Rodoviários para o desempenho de sua função e em especial no controle geral das estradas de rodagem do país.

Nos itens 5, 6 e 7 — As viaturas da Polícia Rodoviária Federal, quase todas são antigas e não estão equipadas para o serviço de policiamento, fiscalização e controle das rodovias, como também as guardas, algumas de madeira, outras abobadadas, inacessíveis e muitas delas servindo de residência aos motoristas e desocupados. Quanto às guardas e guardas não têm medicamentos de emergência e não são para atender casos de emergência no transporte de acidentados, apelamos para o Senhor Ministro dos Transportes pois está evidente que nos desastres ocorridos nas estradas, apesar de sempre estar presente a Polícia Rodoviária, nada pode fazer no socorro das vítimas, devido à falta de condições de manutenção de veículos para os hospitais, pronto-socorro ou postos de saúde.

Nos itens 8 e 9 — Não é cabível que uma autoridade, um Polícia Rodoviário fique nas estradas de rodagem, a maioria deserta, durante o dia a noite, sem portar uma arma para sua defesa pessoal. Os que usam revólver o fazem ilegalmente num flagrante desrespeito a sua própria autoridade de polícia.

Nos itens 10 e 11 — O salário de um Polícia Rodoviário Federal não está compatível com sua função e autoridade mantenedora da ordem. Ganham pouco e arriscam a própria vida, os guardas, nas estradas de rodagem, na fiscalização dos veículos que trafegam, "sabe lá com que destino."

Nos itens 12, 13 e 14 — Tratam os itens referidos das paradas obrigatórias. É um abuso à paciência e ao direito do passageiro em trânsito nessas paradas obrigatórias. A falta de higiene é absoluta. Alguns bares e restaurantes nem portas têm nos respectivos reservados de senhoras e senhores. A sujeira está às vistas. Quanto à alimentação é um absurdo os preços cobrados nessas paradas obrigatórias e principalmente nas compras de sanduíches e refrigerantes.

Quanto à fiscalização dos veículos, é uma pergunta que deixamos no "ar". Será que nos dois últimos desastres, quando de sua última parada obrigatória, os pneus dos ônibus dos lamentáveis acidentes foram examinados? Como podem ser examinados os referidos veículos se não há polícia suficiente no serviço de policiamento, fiscalização e controle nas estradas de rodagem do país.

No item 17 — Os malfeitores os desocupados, aqueles que não têm nada a fazer e nem esperança de melhores dias, fazem de alvos as placas de sinalização. Alguns pintam e pixam com dizeres até imorais, outros roubam o luminoso, conhecido como "olho de gato."

No item 18 — É nosso interesse saber se há verba para os adendos citados e no caso negativo por que, se é um assunto de real importância aos motoristas de veículos de passageiros e cargas que trafegam pelas rodovias brasileiras.

No item 19 — É saber se o DNER, está estudando ou tem algum plano para apresentar sobre a Polícia Rodoviária Federal, esses abnegados soldados da segurança dos motoristas.

No item 20 — Desejamos atender e solucionar um problema de consciência, já que tantas vezes a BR-101, que atravessa o Estado de Alagoas já esteve paralisada por falta de verba, devido às chuvas e outros fatores que só o próprio D.N.E.R., poderá explicar

O Requerimento visa atender os passageiros e motoristas que servem das Companhias de Auto-Viação. É em benefício de uma Classe que tudo tem feito para facilitar, fiscalizar e controlar os veículos que trafegam pelas estradas de rodagem no país.

Sala das Sessões do Senado Federal — Brasília, 18 de outubro de 1967. — **Senador Rui Palmeira**.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Não há outros assuntos inscritos. Passe-se à

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 105, DE 1967

(Orçamento — Ministério da Indústria e Comércio)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 503-B-67 na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.03 (Ministério da Indústria e Comércio), tendo parecer, sob nº 709, de 1967, da Comissão — de Finanças, favorável no Subanexo 5.03 e contrário à emenda apresentada.

O Subanexo recebeu uma emenda, que teve parecer contrário da Comissão. Foi, por isso, aberto prazo de 24 horas para o recurso, previsto na Constituição, das decisões das Comissões, favoráveis ou contrárias às emendas apresentadas.

O prazo de recurso esgotou-se, razão pela qual a matéria vem à Ordem do Dia para ser discutida e votada.

A emenda, nos termos da Constituição, já está rejeitada em caráter final pela decorrência do prazo do recurso não interposto, prova técnica, assim a rejeição feita pela Comissão de Finanças.

Em discussão, o Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 503-B-67 na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.08 (Ministério da Indústria e Comércio), tendo parecer sob nº 709, de 1967, da Comissão — de Finanças, favorável ao Subanexo 5.08 e contrário à emenda apresentada.

Se nenhum dos Srs. Senadores desejar fazer uso da palavra, direi como encerrada a discussão. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação o Subanexo 5.01.

Os Srs. Senadores que o provam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

A emenda é considerada implicitamente rejeitada pelo pronunciamento da Comissão.

O Subanexo ora aprovado, referente ao Ministério da Indústria e Comércio, acha-se publicado, em Suplemento, ao *Diário do Congresso Nacional*, Seção II, de 3 de outubro de 1967.

É a seguinte a emenda considerada rejeitada.

EMENDA APRESENTADA TERAN TE A COMISSÃO E POR ESTA

REJEITADA

5.08.00 — Ministério da Indústria e do Comércio.

EMENDA — P

Onde se lê:

5.08.07 — Departamento de Administração.

114.1.1228 — Recuperação e adaptação do Edifício-Sede — 1.060.000,00.
5.08.12 — Departamento Nacional do Comércio.

198.2.1243 — Promoção de Exposições, Feiras, Congressos e Conferências — 432.500,00.

Leia-se:

5.08.07 —
114.1.1228 — Para construção e instalação do Edifício-Sede em Brasília — 1.060.000,00.
5.08.12 —

198.2.1243 — Promoção de Exposições, Feiras, Congressos, inclusive Cr\$ 120.000,00 para o Touring Club do Brasil, para desenvolvimento do seu programa de atividades ligadas ao turismo interno e externo — ... 92.500,00.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade — Item 2)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967 (nº 500-B-67, na Casa de origem), que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referente ao Anexo 5 — Poder Executivo, Subanexo 5.11 (Ministério da Marinha), tendo Parecer Favorável, sob nº 692, de 1967, da Comissão de Finanças.

A matéria não sofreu emendas. Assim, vem à Ordem do Dia para discussão e votação.

Em discussão o Subanexo 5.11. Se nenhum dos Srs. Senadores quiser fazer uso da palavra, darei como encerrada. (Pausa.)

Está encerrada.

Em votação.

Os Senhores Senadores que o aprovam queiram permanecer sentados. (Pausa.)

Está aprovado.

O Subanexo ora aprovado, referente ao Ministério da Marinha, achá-se publicado, em Suplemento, no Diário do Congresso Nacional, Seção II, de 3 de outubro de 1967.

O SR. PRESIDENTE:

(Moura Andrade) — Da decisão do Senado, em ambos os casos, será dado conhecimento à Câmara dos Deputados.

Esgotada a Ordem do Dia.

Não há oradores inscritos.

Convoco os Srs. Senadores para nova sessão extraordinária amanhã, às 11 horas, com a seguinte

ORDEM DO DIA

SESSÃO EM 19 DE OUTUBRO DE 1967

Sessão Extraordinária — às 11 horas
Quinta-feira

1

(Orçamento — Poder Judiciário).
Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 105, de 1967, (nº 500-B-67 na Casa de origem) que estima a Receita e fixa a Despesa da União para o exercício financeiro de 1968, na parte referen-

te ao Anexo nº 4 — Poder Judiciário, Subanexos 4.01 — (Supremo Tribunal Federal), 4.02 — (Tribunal Federal de Recursos) 4.03 — (Justiça Militar), 4.04 — (Justiça Eleitoral), 4.05 — (Justiça do Trabalho), 4.06 — (Justiça Federal de Primeira Instância), 4.07 — (Justiça do Distrito Federal e dos Territórios) tendo Parecer Favorável da Comissão de Finanças, sob nº 690, de 1967.

2

Discussão, em turno único, do Projeto de Resolução nº 80, de 1967, que

suspende a vigência da Lei nº 959, de 8 de abril de 1964, do Estado de Santa Catarina, julgada inconstitucional nos termos da decisão definitiva do Supremo Tribunal Federal, proferida nos autos da representação nº 658 daquela unidade federativa (Projeto apresentado pela Comissão de Constituição e Justiça, como conclusão de seu Parecer nº 683, de 1967).

Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 19 horas e 5 minutos.)

SECRETARIA DO SENADO FEDERAL

ATO DO SR. PRESIDENTE

PORTARIA Nº 4, DE 1967

O Presidente do Senado Federal, no uso das atribuições que lhe confere o art. 47, nº 22, do Regimento Interno, resolve designar Helônia

Brown Hadjinicolaou, Oficial Legislativo, PL-5, para a função de Auxiliar de seu Gabinete.
Senado Federal, 17 de outubro de 1967. — Auro Moura Andrade, Presidente.

ATO DO SR. DIRETOR-GERAL

(*) PORTARIA Nº 132, DE 21 DE OUTUBRO DE 1967

O Diretor-Geral, no uso de suas atribuições, resolve:

Dispensar, a pedido, Maria de Lourdes Botelho Alves, Oficial Legislativo,

(*) — Republicada por haver sido com incorreções no D.C.N. de 13 de outubro de 1967.

PL-6, das funções de Chefe da Seção de Documentação da Secretaria-Geral da Presidência, elogiando-a pelos bons serviços prestados e designar, para substituí-la, Stelia Mendonça da Cunha, Oficial Legislativo, PL-4.

Secretaria do Senado Federal, 11 de outubro de 1967. — Evandro Mendes Vianna, Diretor-Geral.

MESA

Presidente — Moura Andrade — (ARENA — SP)
 1º Vice-Presidente — Nogueira da Gama — (MDB — MG)
 2º Vice-Presidente — Gilberto Marinho — (ARENA — GB)
 1º Secretário — Dinarte Mariz — (ARENA — RN)
 2º Secretário — Victorino Freire — (ARENA — MA)

3º Secretário — Edmundo Levi — (MDB — AM)
 4º Secretário — Cattete Pinheiro — (ARENA — PA)
 1º Suplente — Attilio Fontana — (ARENA — SC)
 2º Suplente — Guido Mondin — (ARENA — RS)
 3º Suplente — Sebastião Archer — (MDB — MA)
 4º Suplente — Raul Giuberti — (ARENA — ES)

Liderança

DO GOVERNO

Líder — Daniel Krieger — (ARENA — RS)

Vice-Líderes:

Paulo Sarasate (ARENA — CE) Eurico Rezende — (ARENA — ES)

DA ARENA

DO MDB

Líder — Filinto Müller — (MT)

Líder — Aurélio Vianna — (GB)

Vice-Líderes:

Vice-Líderes:

Wilson Gonçalves — (CE)

Bezerra Neto — (MT)

Antônio Carlos — (SC)

Rui Palmeira — (PB)

Adalberto Senna — (ACRE)

Manoel Vilela — (RN)

Vasconcellos Torres — (RJ)

Lino de Mattos — (SP)

COMISSÃO DE AGRICULTURA

(7 membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: José Ermírio
 Vice-Presidente: Júlio Leite

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Ney Braga
 João Cleophas
 Teotônio Vilela
 Júlio Leite

Attilio Fontana
 Leandro Maciel
 Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco

MDB

José Ermírio
 Márcio Martins
 Secretário: J. Ney Passos Dantas.
 Reuniões: Quartas-feiras às 14 horas.

Aurélio Vianna
 Pedro Ludovico

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

(11 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Milton Campos
 Vice-Presidente: Antônio Carlos

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Milton Campos
 Antônio Carlos
 Aloysio de Carvalho
 Eurico Rezende
 Wilson Gonçalves
 Petrólio Portela
 Carlos Lindenberg
 Rui Palmeira

Vasconcellos Torres
 Daniel Krieger
 Benedito Valladares
 Alvaro Maia
 Lobão da Silveira
 José Feliciano
 Menezes Pimentel
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 Bezerra Neto
 Josaphat Marinho

Aarão Steinbruch
 Aurélio Vianna
 Mário Martins

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Legislativo — PL-6.
 Reuniões: quartas-feiras às 16 horas.

COMISSÃO DO DISTRITO FEDERAL

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: João Abrahão
 Vice-Presidente: Eurico Rezende

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

José Feliciano
 Lobão da Silveira
 Petrólio Portela
 Eurico Rezende
 Attilio Fontana

Benedito Valladares
 Adolpho Franco
 Arnon de Melo
 José Leite
 Mello Braga

MDB

João Abrahão
 Aurélio Vianna
 Secretário: Alexandre Mello.
 Reuniões: Terças-feiras, às 16 horas.

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

COMISSÃO DE ECONOMIA

(9 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Carvalho Pinto

Vice-Presidente: Márcio Martins

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Carvalho Pinto
 Carlos Lindenberg
 Júlio Leite
 Teotônio Vilela
 Domicio Gondim
 Leandro Maciel

José Leite
 João Cleophas
 Duarte Filho
 Sigefredo Pacheco
 Filinto Müller
 Paulo Torres

MDB

Mário Martins
 Pedro Ludovico
 Lino de Mattos

José Ermírio
 Josaphat Marinho
 João Abrahão

Secretário: Carlos Rodrigues Costa

Reuniões: Quintas-feiras às 15.30 horas.

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Menezes Pimentel

Vice-Presidente: Alvaro Maia

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Menezes Pimentel
 Mem de Sa
 Alvaro Maia
 Duarte Filho
 Aloysio de Carvalho

Benedito Valladares
 Antônio Carlos
 Sigefredo Pacheco
 Teotônio Vilela
 Petrólio Portela

MDB

Adalberto Senna
 Lino de Mattos

Antônio Balbino
 Josaphat Marinho

Secretário: Cláudio Carlos Rodrigues Costa
 Reuniões: Quartas-feiras às 15h 30m.

COMISSÃO DE FINANÇAS

(15 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Américo Figueiredo

Vice-Presidente: Paulo Sarasate

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

João Cleophas
 Mem de Sa
 José Leite
 Leandro Maciel
 Manoel Vilela
 Clodomir Milet
 Adolpho Franco
 Sigefredo Pacheco
 Paulo Sarasate
 Carvalho Pinto
 Fernando Corrêa

Antônio Carlos
 José Guimard
 Daniel Krieger
 Petrólio Portela
 Attilio Fontana
 Júlio Leite
 Mello Braga
 Carlos Lindenberg
 Ceilo Ramos
 Teotônio Vilela
 Rui Palmeira

MDB

Argemiro Figueiredo
 Bezerra Neto
 Oscar Passos
 Arthur Virgílio

Josaphat Marinho
 José Ermírio
 Lino de Mattos
 Pessoa de Queiroz

Secretário: Hugo Rodrigues Figueiredo.
 Reuniões: Quartas-feiras às 10h.

COMISSÃO DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO

(7 Membros)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Ney Braga

Vice-Presidente: Antônio Balbino

ARENA

SUPLENTE

TITULARES

Ney Braga
 Attilio Fontana
 Adolpho Franco
 Domicio Gondim
 João Cleophas

Júlio Leite
 José Cândido
 Rui Palmeira
 Arnon de Melo
 Leandro Maciel

MDB

Antônio Balbino
 José Ermírio

Pessoa de Queiroz
 Pedro Ludovico

Secretária: Maria Helena Bueno Brandão — Of. Lg. PL-6.
 Reuniões: Quintas-feiras às 16 horas.